



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Daian Cattani

Corpos em Aliança: as lutas LGBT em Chapecó/SC

ILHA DE SANTA CATARINA, SC

2020

Daian Cattani

Corpos em Aliança: as lutas LGBT em Chapecó/SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração “Psicologia social e cultura”, Linha de Pesquisa “Processos de Subjetivação, gênero e diversidades”

Orientadora: Dra. Mara Coelho de Souza Lago

Coorientadora: Dra. Myriam Aldana Vargas

ILHA DE SANTA CATARINA, SC

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cattani, Daian

Corpos em Aliança: as lutas LGBT em Chapecó/SC / Daian Cattani ; orientadora, Mara Coelho de Souza Lago, coorientadora, Myriam Aldana Vargas, 2020.
95 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Movimento LGBT. 3. Parada LGBT. 4. Heterocisnormatividade. 5. Resistência. I. Coelho de Souza Lago, Mara . II. Aldana Vargas, Myriam . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Daian Cattani

Corpos em Aliança: as lutas LGBT de Chapecó/SC

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professora Mara Coelho de Souza Lago, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Professor Marco Aurélio Máximo Prado, Dr.
Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

Professora Andrea Vieira Zanella, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Mara Coelho de Souza Lago, Dr.(a)
Orientadora

Ilha de Santa Catarina, 2020.

Dedico este trabalho à todas/es/os que sonham e lutam para a construção de um mundo mais plural e diverso, especialmente às travestis, trans, sapas, bichas, bi, *queer*, intersex, pansexuais, mulheres, negras/os, indígenas e pessoas com deficiência que cotidianamente resistem aos sistemas de dominação e exploração.

Agradecimentos

Essa dissertação é resultado de um trabalho coletivo, por isso não poderia deixar de agradecer às pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para que se tornasse possível.

Primeiramente agradeço à Iemanjá por ter me recebido na Ilha e por oferecer calma em momentos de agitação, a Iansã pelos ventos que me sacodem e a Oxalá pela paz que me acolhe. Ao povo da rua, e todas/os demais Orixás, Saravá, Axé!

Agradeço a minha orientadora professora Mara Lago por ter confiado em meu trabalho, pelos seus ativismos, por ser parceira de luta, pelas orientações coletivas que foram uma formação a parte!

Agradezco a mi co-supervisora y gran amiga Myriam Aldana, por presentarme al feminismo, los estudios de género y sexualidade, com toda su fuerza. Si estoy terminando mi maestría ahora, es porque me ayudaste a estar aquí y confiar en mí. ¡Gracias por todo el apoyo y por ser mi mayor inspiración para las luchas!

Agradeço com muita admiração e respeito às minhas colegas de orientação Renata, Geni, Yarlenis, Andrieli e Marina, que com seus olhares atentos e suas contribuições valiosas me ajudaram a construir essa dissertação e além disso, ampliaram os meus horizontes de lutas!

Agradeço às/aos professoras Ana Marsillac, Andréa Zanella, Andréa Barbará, Andréia Giacomozzi, Adriano Beiras, João Manuel e Juracy Toneli pelas suas contribuições ao longo do mestrado!

Agradeço à todas/os colegas da turma, especialmente Ana Claura, Emília, Caio, Juliana Paiva, Juliana Lopes, Pedro e Orlando pelos momentos compartilhados, ajudas e acolhimentos!

Agradeço a amigona Yanaê pelo suporte, apoio, incentivo, alegrias cotidianas e pelo fazer(se) antinormativas!

Agradeço a Alana por poder compartilhar mais essa etapa, dentre tantas, espero que a vida continue nos mantendo próximas! Agradeço ao Rafael pela amizade e carinho que só crescem!

Agradeço às/aos interlocutoras/es da pesquisa pelas informações, afetos e percursos de luta!

Agradeço às/aos professores Andréa, Marco Aurélio, Adriano e Daniel por terem aceitado participar da banca e por suas contribuições.

Agradeço à todas/os trabalhadoras da UFSC, especialmente ao Gileade pelo profissionalismo e gentileza com que nos atende e encaminha as diversas demandas da secretaria!

Agradeço à minha família por todo o apoio e respeito, sem isso não teria chegado até aqui!

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa que viabilizou a realização do mestrado e desta dissertação.

RESUMO

No mundo contemporâneo em que sociedades com estruturas colonial, cristã, monogâmica, capitalista, patriarcal, cisgênera, heteronormativa, misógina, racista, capacitista sustentam desigualdades e discriminações em regiões conservadoras, essas características atingem de forma mais explícita aqueles que se desviam das normas estabelecidas por elas. No município de Chapecó, surge um coletivo de pessoas que se levantaram contra as diferentes formas de violências cotidianamente enfrentadas pelas pessoas LGBT. Apresenta-se uma narrativa dos corpos que se aliaram e encontram formas de iniciar processos de visibilidade, ocupando espaços públicos em uma região que é avessa à sua presença. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os processos de criação e consolidação do movimento UNA LGBT no município de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina, buscando demonstrar uma posição de enfrentamento que não sucumbe às ameaças. Foi revisitada a história do município de forma atenta aos sistemas de dominação que se entrelaçam na produção de violências as mais diversas. O conceito de corpos em aliança, de Judith Butler, que é desenvolvido ao longo da dissertação, facilita a compreensão dos significados das mobilizações diversas que assumem a precariedade como sua condição estimulante. Assim, alimentado com referenciais teóricos contra hegemônicos, como o feminismo, a teoria queer, e os estudos decoloniais, foi possível desenvolver a narrativa de memórias e reflexividades sobre a experiência de criação deste coletivo, evidenciando os conflitos, contradições e caminhos encontrados para a politização da resistência que possibilitou a consolidação das Paradas LGBT na região, ocupando espaços públicos, numa cidade de feições conservadoras. Seguindo a perspectiva cartográfica de Deleuze e Guattari, o/a pesquisador/a habita o território existencial, compreendendo sua dimensão material, subjetiva, e os jogos de poder que o produzem. Neste sentido, o pesquisador participou dos acontecimentos narrados, buscando traçar um mapa dos encontros, lugares e sujeitos em relação, vivenciando e compartilhando afetos nesses processos coletivos de movimentos e militâncias em torno da criação da UNA LGBT e dos eventos realizados, que trouxeram corpos em aliança para as ruas de Chapecó. Foram realizadas entrevistas com seis pessoas participantes da criação e atuantes no movimento, além da observação participante do pesquisador em reuniões, eventos, registrando percepções e afecções em diário de campo. Como manifestação da consolidação do movimento, foram descritas as atividades realizadas desde sua criação em 2016, com foco especial nas Paradas de luta LGBT, elemento de crescente visibilização, afirmação e coesão das pessoas dissidentes do sistema cisheteronormativo. As conclusões da pesquisa apontam para a importância fundamental da constituição de coletivos como a UNA em Chapecó, que mesmo com todas as dificuldades, conflitos e contradições, mostra que em uma região marcadamente conservadora a resistência é possível. É na rua, apropriando-se do espaço público, que se corporifica a resistência e se mostra quem são as pessoas ameaçadas pelos regimes disciplinares hegemônicos. A realização de eventos como os aqui narrados, adquirem importante significado político ao publicizarem demandas do movimento por reconhecimento e pelos direitos de seus integrantes. Corpos que, unidos, lutam por vidas mais vivíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBT. Cisheteronormatividade. Corpos em aliança. Parada LGBT. Politização da resistência.

ABSTRACT

In the contemporary world in which societies with colonial, christian, monogamous, capitalist, patriarchal, cisgenderous, heteronormative, misogynist, racist, and disablist structures that support inequalities and discrimination in conservative regions, these characteristics reach more explicitly those who deviate from established norms. In Chapecó city, a group of people emerged who stood up against the different forms of violence faced daily by LGBT people. It presents a narrative of the bodies that have allied and find ways to start visibility processes, occupying public spaces in a region that is averse to their presence. This research aimed to analyze the processes of creation and consolidation of the UNA LGBT movement in the city of Chapecó, in the western state of Santa Catarina, seeking to demonstrate a position of confrontation that does not succumb to threats. The history of the city was revisited attentively to the systems of domination that intertwine in the production of the most diverse violence. The concept of bodies in alliance, by Judith Butler, which is developed throughout the dissertation, facilitates the understanding of the meanings of the various mobilizations that assume precariousness as their stimulating condition. Thus, fed with theoretical references against hegemonic, such as feminism, queer theory and decolonial studies, it was possible to develop the narrative of memories and reflections on the experience of creating this collective, showing the conflicts, contradictions and paths found for the politicization of resistance that enabled the consolidation of LGBT parades in the region, occupying public spaces, in a city with conservative features. Following the cartographic perspective of Deleuze and Guattari, the researcher inhabits the existential territory, understanding its material, subjective dimension, and the power games that produce it. In this sense, the researcher participated in the events narrated, seeking to draw a map of the encounters, places and subjects in relationship, experiencing and sharing affections in these collective processes of movements and militancy around the creation of UNA LGBT and the events held, which brought bodies in alliance for the streets of Chapecó. Interviews were conducted with six people participating in the creation and active in the movement, in addition to the participant observation of the researcher in meetings, events, recording perceptions and affections in a field diary. As a manifestation of the movement's consolidation, the activities carried out since its creation in 2016 were described, with a special focus on LGBT fight parades, an element of increasing visibility, affirmation and cohesion of dissident people from the cisheteronormative system. The conclusions of the research point to the fundamental importance of constituting collectives such as UNA in Chapecó, which, despite all the difficulties, conflicts and contradictions, shows that in a markedly conservative region resistance is possible. It is on the street, appropriating the public space, that resistance is embodied and it is shown who are the people threatened by the hegemonic disciplinary regimes. The realization of events such as those described here, acquire an important political significance when they publicize the movement's demands for recognition and for the rights of its members. Bodies that, united, fight for more livable lives.

Key words: LGBT movement. Cisheteronormativity. Bodies in alliance. LGBT parade. Politicization of resistance.

SUMÁRIO

1 A SOCIEDADE BRASILEIRA NÃO GOSTA DE HOMOSSEXUAIS.....	10
2 SITUANDO A PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA	17
2.1 COMEÇANDO PELAS MARGENS	22
3 (DES)COMPONDO OS CORPOS-TERRITÓRIO DA PESQUISA	29
3.1 XAPECÓ	30
3.2 O GAPA.....	36
3.3 A UNOCHAPECÓ E O FOGUEIRA	38
3.4 FESTAS LGBT	42
3.5 OS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	43
3.6 GÊNERO: UMA IMPOSIÇÃO COLONIAL.....	45
4 A UNA É PARA LUTAR! LUTAR POR MAIS DIREITOS E LIBERDADE DE AMAR!	51
4.1 PRIMEIROS CLOSES DA UNA EM XAPECÓ	61
4.2 MOVIMENTOS LGBT E ATIVISMOS <i>QUEER</i>	81
5 CONSIDERAÇÕES SEM FINAL	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXO I – Carta de Princípios da UNA LGBT.....	94

1 A SOCIEDADE BRASILEIRA NÃO GOSTA DE HOMOSSEXUAIS

“Sou preconceituoso, com muito orgulho”

“Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”

“O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele”

“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”

“Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza”

“O próximo passo será adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia”

“90% desses meninos adotados [por um casal gay] vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza”

“O sangue de um homossexual pode contaminar o sangue de um heterossexual”

“A sociedade brasileira não gosta de homossexuais”

“O erro da ditadura foi torturar e não matar”
(Jair Messias Bolsonaro)¹

“E mesmo ameaçado, eu serei cada vez mais viado.
Quebrando armários, sistema, e a normatividade”
(Quebrada *Queer*)²

Esta pesquisa apresenta a experiência de um coletivo de pessoas que se levantaram contra as diferentes formas de violências cotidianamente enfrentadas pelas pessoas LGBT³, no município de Xapecó⁴, no oeste do Estado de Santa Catarina. Apresentarei uma narrativa dos corpos que se aliaram e encontram formas de iniciar processos de visibilidade, ocupando espaços públicos em uma região que é avessa a nossa presença. Analiso o contexto local em relação à outras iniciativas nacionais, como anunciadas no trecho da música da epígrafe, que mesmo

¹ Todas estas falas foram pronunciadas pelo, agora presidente do Brasil, em diferentes momentos de sua vida no legislativo do Rio de Janeiro. Foram publicadas em jornais, rede virtual e revistas. Um compilado dessas frases pode ser encontrado no site da Revista Lado A, disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/100-frases-homofobicas-jair-bolsonaro/>

² Trecho da música “Quebrada *queer*” do grupo com mesmo nome disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FwktAmgku68>

³ Utilizo a sigla LGBT por ser predominantemente referida em falas e nos materiais desta pesquisa, contudo defendo que a sigla deve ser ampliada para outras posições que diferem da heterossexualidade e cisgeneridade.

⁴ Oficialmente a grafia do nome do município é com “Ch”, no entanto, como uma forma de resistência aliançada, utilizo a grafia com “X”. A mudança representou o apagamento de sua origem na língua indígena da etnia Kaingang, que assim nomeavam o lugar onde viviam, sendo os primeiros a sofrerem com a chegada dos chamados “posseiros” e posteriormente dos coronéis que tomaram o território.

ameaçados seremos cada vez mais o que somos, lutando contra a normatividade, evidenciando uma posição de enfrentamento que não sucumbe às ameaças.

O conceito de corpos em aliança, de Judith Butler (2018) que é desenvolvido ao longo da dissertação, facilita a compreensão dos significados das mobilizações diversas que colocaram em questão dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política. O caráter corpóreo desse questionamento opera ao menos de dois modos: por um lado, contestações são representadas por assembleias, greves, vigílias e ocupação de espaços públicos; por outro, esses corpos são o objeto de muitas das manifestações que assumem a condição precária como sua condição estimulante. “Afim de contas, existe uma força indexical do corpo que chega com outros corpos a uma zona visível para a cobertura da mídia: é esse corpo, e esses corpos, [...] que vivem a condição de um meio de subsistência ameaçado” (BUTLER, 2018, p.15).

As formas de resistência, neste caso, não se restringem às manifestações de rua. A música e outras manifestações artísticas são importantes meios de denúncia de desigualdades e injustiças e igualmente permitem imaginar a criação de outras realidades possíveis.

O que se pretendeu com esta pesquisa foi perceber as formas de dominação de subjetividades-corpos e as linhas de fuga criadas na constante tensão entre as tentativas de captura e as formas de resistência à dominação. Mais especificamente dos corpos dissidentes ao sistema sexo-gênero-desejo, que na perspectiva de Butler (2010) sustenta o sistema de gênero dominante.

As frases destacadas na epígrafe, mencionadas pelo então deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro e que se tornou presidente do Brasil, podem até ser corriqueiras, por mais cruéis que sejam, no cotidiano de pessoas não-cisheterossexuais⁵, mas tornam-se ameaças ainda mais graves aumentando o potencial necropolítico do Estado, conforme descrito por Achille Mbembe (2018), onde este atua na definição de quem pode viver e quem deve morrer.

⁵ A heterocisnorma refere-se compulsoriedade combinada da heterossexualidade e da cissexualidade nos corpos antes mesmo do nascimento, bem como à continuidade e persistência dessa identificação ao longo da vida. A cisnormatividade enquanto uma categoria de análise das relações de gênero diz respeito às inscrições pré-discursivas de marcações corporais que relacionam o “sexo biológico” ao “gênero cultural” definidos a partir de duas alternativas: macho/homem e fêmea/mulher (Vergueiro, 2015). O termo heterocisgênero também utilizado neste trabalho refere-se a esta mesma compreensão.

Ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transsexual, intersex, pansexual (dentre outras denominações desviantes das normatividades) no Brasil é sofrer, em alguma medida, preconceito, discriminação, agressões verbais, físicas, psicológicas e infinitas outras formas de violências e opressão. É correr o risco de ser morta/o à tiros, pauladas, facadas, tesouradas, marteladas, queimada/o, apedrejada/o, espancada/o, decapitada/o, asfixiada/o, atropelada/o, estrangulada/o, mutilada/o, empalada/o; para citar algumas das formas de crimes contra pessoas LGBT⁶ noticiados em 2017. Dou destaque para o assassinato, de crueldade indescritível, da travesti Dandara⁷ que foi espancada, esfaqueada e alvejada por tiros de arma de fogo em Fortaleza/CE. O crime, executado por oito homens, foi gravado e publicado na internet.

Que vivemos num país hostil a quem não se inscreve na norma heterocisgenera não é novidade e as formas de expressão dessa hostilidade são assustadoras. A eleição de um candidato a presidente declaradamente LGBTfóbico pode ser resultado dos mesmos motivos que colocam o Brasil na posição do país que mais mata pessoas LGBT no mundo⁸. De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2017 foram mortas 445 pessoas em razão da homo/transfobia, o que representou uma morte a cada 19 horas. Em 2018 foram 420, incluído a vereadora Marielle Franco do município do Rio de Janeiro, executada a tiros. Esse assassinato assim como a imensa maioria dos crimes contra a população LGBT permanecem sem julgamento ou punição pelo poder judiciário. O relatório de 2019 não havia sido publicado até a finalização desta dissertação.

Crueldade e violência extremas que se repetem nesses assassinatos de pessoas trans, como aconteceu com a travesti Jennifer Célia Henrique, vítima de agressões com pedaços de madeira e facadas na Praia do Ingleses em 2017. Atrocidade que se repetiu neste mês de fevereiro de 2020, na mesma localidade da Ilha de Santa Catarina, com os assassinatos a facadas da transexual Isabelle Colstt

⁶ Uso a definição LGBT por ser dominante nos materiais aqui referidos, contudo defendo que a sigla deve ser ampliada para outras posições que diferem da heterocisgênera.

⁷ Notícia do assassinato de Dandara disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>

⁸ Conforme reportagem jornalística disponível: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>

e de Bruna Andrade, a amiga que a acompanhava e morreu no hospital onde esteve internada por mais de duas semanas, após o ataque de que foram vítimas⁹.

Os altos índices registrados podem ser ainda maiores considerando que muitos crimes não são notificados, ou não são considerados crimes por homo/transfobia (GGB, 2018). Esta é a realidade de todo o país, de norte a sul, das capitais ao interior, sendo a maior motivação para a realização deste estudo. Não pretendo dar ênfase às violências, mesmo que sejam o ponto de partida, mas sim relatar as formas de enfrentamento construídas por pessoas que vivem no interior do Estado, numa cidade conservadora onde surgiu um movimento social LGBT em 2016, do qual fiz parte e que é tema deste estudo.

Se os modos violentos como a normatividade cisheterossexual opera atualmente, como nos assustadores casos citados, esses modos não variaram desde a chegada dos europeus ao continente. Ao contrário, foi a partir desse momento que os diversos modos de vida aqui operantes deram lugar, compulsoriamente e não sem resistência, aos modos europeus que se universalizaram por meio da colonização. Nos relatos escritos à corte de Portugal, pelos padres “missionários”, as práticas sexuais de indígenas, bem como suas formas de organização social eram consideradas pecados irreparáveis perante seu deus, a ponto de desumanizá-los nos critérios de humanidade definidos pelos colonizadores. Logo, uma saída encontrada, além da escravização, foi a eliminação desses corpos, prática comum da santa (leia-se com ironia) igreja no período da inquisição.

Com a invasão colonial em 1500, iniciou-se a escravização dos povos que aqui viviam para servirem de mão de obra na exploração do território. Para poder sustentar a ideia de modernidade que se constrói com o colonialismo as estratégias encontradas foram a invenção da raça colocando os brancos como os superiores e os demais como inferiores, impondo o seu conhecimento como o mais legítimo, sua religião católica como a única e verdadeira.

Assim a modernidade colonial europeia (GROSFOGUEL, 2012) construiu por meio da violência e da exploração um sistema¹⁰ mundo onde impôs suas

⁹ Reportagem sobre assassinatos de mulheres trans no bairro Ingleses na Ilha de Santa Catarina, disponível em:

<https://catarinainfo.com.br/os-assassinatos-de-mulheres-trans-no-bairro-ingleses-em-florianopolis/>

concepções por meio do genocídio e epistemicídio dos modos de vida dos grupos que aqui viviam. Os efeitos desse sistema estão vigentes, sendo reiterados desde então pelo que podemos chamar de colonialidade.

A colonialidade continua organizando o pensamento social dominante sustentando a suposta superioridade do branco por meio do racismo que inferioriza os não brancos. O cristianismo impõe o modelo de um deus todo poderoso que tudo vê e tudo sabe com suas leis definidoras do bem e do mal, sobre o pecado e a virtude, preconizando a impureza da carne por meio da negação da sexualidade que deve ser controlada e vivenciada pelo casamento monogâmico com o objetivo da reprodução. A heterossexualidade era e é, nesse modelo, a única forma possível de vivência dos desejos eróticos dentro do matrimônio.

O outro olhar produzido pelos estudos pós-coloniais e decoloniais, sobre a história como a conhecia, me permitiu enxergar o contexto desta pesquisa sob outras perspectivas. Entendo que não se pode analisar os modelos contemporâneos que regulam os corpos-subjetividades sem considerar os processos que são a gênese do Brasil enquanto nação. Nesse sentido é que pretendo contar algumas experiências que constituem as lutas da população LGBT através da criação da União Nacional LGBT (UNA LGBT) em Xapecó. Para tanto, trago diálogos com ativistas, fatos, imagens e notícias que protagonizaram o surgimento desse importante movimento que se expande para a região oeste do estado.

Frantz Fanon (1968) um dos principais nomes e precursor dos estudos pós-coloniais, no livro “Os condenados da terra” afirma que lutar contra a opressão deve ser obra do oprimido. Essa talvez seja a melhor forma de resumir o trabalho que segue nestas páginas. Por isso quero deixar evidente a não separação entre ativismo e trabalho acadêmico. Além disso, tenho a pretensão de não operar em uma lógica binária, essencialista e colonialista de pensamento, deixando assim declarado meu desejo de, junto com as discussões que seguirão, inaugurar uma redação fruto de um pensamento que está em processo de rompimento com ideais totalizantes e universais, fugindo da escrita técnica e “neutra”, como pressupõem determinadas correntes de pensamento fundantes da Psicologia.

¹⁰ Viviane Vergueiro (2015), retoma o conceito de sistema mundo de Ramón Grosfoguel e, incorporando a concepção de cisgeneridade, apresenta a categoria CISTema, que utilizo nesta pesquisa.

Coloco-me aqui como bicha-ativista-acadêmica-branca que volta o olhar para processos de dominação específicos de um território, tentando ao mesmo tempo compreender como estes foram historicamente construídos e como se mantêm hegemônicos. Neste contexto o que mais me interessou foi identificar as diferentes formas de resistência individuais e coletivas, que no esforço de rompimento com a normatividade, criaram e criam outras formas de habitar esse território.

Chamo de sistemas de dominação as formas em que grupos se impõem sobre outros criando hierarquias que subalternizam, apagam saberes e histórias, definem quem habita o centro e quem deve ser relegado às margens e muitas vezes, a morte. Tratarei mais especificamente daqueles sistemas que se articulam contra os corpos dissidentes da norma cisheterossexual.

Para compreender como essas formas de poder se materializam foi preciso implicar o corpo neste reconhecimento. Foi necessário o estabelecimento de uma posição crítica à própria ciência em relação à produção de subjetividades-corpos dominados. Esta implicação exigiu a revisão das posições de sujeito, psicólogo, pesquisador e ativista. Exigiu a desidentificação das normas que se dobraram (DELEUZE, 1991) para dentro de mim, criando pontos cegos na luta pela liberdade.

Aqui também estão misturados os lugares de interno e externo, de público e privado de objetivo e subjetivo. Procuo evidenciar a compreensão de que as subjetividades-corpos não estão encerradas em uma essência ontológica, mas que estão em trânsito, em construção, num processo contínuo e aberto que não se estabiliza. Compreender sujeitos como abertos e em construção, torna possível o emprego de uma força ativa de seleção do que pode ser incorporado e do que deve ser refutado. Assim o processo de (re)construir-se é o mesmo de (re)construir o mundo.

Não estou pensando num mundo utópico, sem conflitos, mas em um mundo onde haja a possibilidade de coabitação da multiplicidade, negociando o espaço coletivo para que todas as diferenças possam existir. Para imaginar mundos onde as pluralidades convivam é necessário excluir qualquer lógica que crie hierarquias entre as pessoas e que legitime a dominação.

Não tenho interesse em seguir uma ordem cronológica na apresentação do território da pesquisa, nem mesmo dos acontecimentos relatados. A narrativa flutua entre presente e passado, entre os macro e os micro lugares, tensiona a ideia de linearidade numa perspectiva evolutiva, mas pretende estar atenta aos avanços e

retrocessos que compõem o campo das relações políticas, sociais e, portanto, subjetivas.

Para a produção das informações e análises desta pesquisa, segui os pressupostos da cartografia, desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014). Nesta perspectiva o pesquisador cartógrafo habita o território existencial, compreendendo sua dimensão material, subjetiva e os jogos de poder que os produzem. Assim, busquei traçar um mapa de afetos e forças nos processos de um coletivo de corpos diferentes, mas com o desejo comum de unir-se e lutar para existir. Na própria experiência de construção do movimento fui fazendo anotações e reflexões, sobre como o encontro com o coletivo produzia em mim uma potência, antes desconhecida. Além disso, mergulhei nas memórias do percurso de criação deste movimento, bem como a sua recriação constante e suas reverberações nos corpos de seus membros e das pessoas que se aproximaram destas ideias e que encontraram neste grupo e em suas ações um espaço de resistência e fortalecimento coletivo.

Esta dissertação é composta, além desta introdução e considerações sem final, por três capítulos. No capítulo “2 Situando a Pesquisa” faço uma contextualização teórico metodológica, onde apresento as teorias que me ajudaram a conceber como a pesquisa seria realizada, bem como me deram a possibilidade de ter uma compreensão diferente da que eu tinha anteriormente, sobre a realidade social e local. Já no capítulo “3 (Des)compondo os corpos território da pesquisa”, contextualizo a cidade de Xapecó, os espaços e esforços que antecederam e colaboraram para o surgimento da UNA. No capítulo seguinte que tem como título a palavra de ordem “4 A UNA, a UNA, a UNA é para lutar, lutar por mais direitos e liberdade de amar!”, relato como o movimento se constituiu, suas principais ações como as paradas de luta e as tensões inerentes às organizações coletivas, buscando dialogar com os movimentos LGBT em nível nacional e internacional. As considerações sem final apontam para a importância fundamental da constituição de coletivos que se opõe às normatizações compulsórias, criando alianças por condições de vida mais vivíveis.

2 SITUANDO A PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Neste capítulo apresento um relato sobre como esta pesquisa foi desenvolvida, guiada pela cartografia que considero mais uma ética do que um método de investigação. Nesta perspectiva, o pesquisador compõe o campo com olhar crítico às redes de força e relações de poder que atuam sobre os corpos. Vou traçando um mapa do percurso de pesquisa entrecruzado com a minha experiência, diálogo com as teorias e a construção da UNA LGBT em Xapecó.

Em movimentos não lineares faço uma viagem pela memória, recuperando afetos, fatos, vivências, conversas, reflexões, fotografias e narrativas que produziram o desenho textual que aqui apresento. Revisito esse tempo que não está no passado, mas que é produção ativa do presente e dá pistas para pensar um futuro, atento aos processos de normatização heterocisgênera que foram sendo desvelados pelo meu percurso de ativista e também pelo acesso à teorias feministas, decoloniais e *queer*, dentre outras que constituíram os operadores analíticos na construção desta dissertação.

Estamos tão acostumados, quase ou totalmente automatizados com o modo de vida dominante, que um simples “por que” nos causa um desconforto imenso na tentativa de explicar como o mundo está organizado. Diversas vezes, ao ser questionado pelo meu sobrinho de 12 anos, fiquei embaraçado ao tentar traduzir tal complexidade a uma criança. O que é uma pessoa trans? Foi uma das perguntas que ele fez. A explicação ficou sem sentido para ele e também para mim. Mesmo quem tenta fazer uma leitura crítica da realidade, às vezes encontra dificuldades em explicar algo imposto e tão intensamente reforçado pelo sistema de gênero que cria e nos leva a internalizar a ideia de uma essência. Para ele, só havia duas possibilidades determinadas pelos órgãos genitais, ou se é menino ou se é menina. O trânsito entre essas posições fez ainda menos sentido quando dei o exemplo das pessoas trans que não fazem o processo transgenitalizador.

A dificuldade de meu sobrinho em entender as possibilidade que desviam do que é imposto como verdade absoluta, é também a dificuldade que eu tive em entender o meu desejo “desviado” desde a infância. Essa é a realidade de muitas pessoas que se vêem impedidas de viver como são, como querem ser e apresentar seu corpo ao mundo. Aquelas que decidem enfrentar o que está estabelecido para viver suas sexualidades e corpos dissidentes dos modelos majoritários, podem

experimentar o rompimento de laços afetivos e familiares, sendo relegados à desumanização, sofrendo diversos tipos de violências simbólicas ou físicas e até mesmo sendo mortos. Esse cenário é especialmente dramático no Brasil, que, como já mencionado é um dos países que mais agride e mata pessoas LGBT no mundo.

Procurei realizar um processo encarnado de pesquisar, não “sobre” mas “com” as pessoas que, assim como eu, estão à margem dos sistemas hegemônicos de sexo, gênero e desejo. Sou ao mesmo tempo pesquisador e sujeito de pesquisa, acadêmico e ativista. Entendo que o fazer científico é político, que a ciência enquanto produtora de conhecimento configura-se também como um campo de poder que historicamente contribuiu para a produção da patologização de identidades dissidentes das normas e a manutenção de preconceitos, discriminações e outras formas de violências.

Esta pesquisa começa antes mesmo do ingresso no mestrado em 2018. Ela não tem um ponto de origem e também não creio que terá um ponto final. Ela diz respeito a um processo contínuo de enfrentamento aos diversos sistemas de poder que se articulam no impedimento às liberdades, na intolerância à diversidade, e que é mais um projeto de vida do que uma pesquisa acadêmica.

Diversos foram os deslocamentos teóricos desde a primeira proposta para a realização da pesquisa. Inicialmente me interessava pela produção simultânea entre militantes e movimento social. De certa forma ainda continuo com esse interesse, agora com um olhar mais ampliado. Os efeitos produzidos pelo encontro com teorias tão diferentes das estudadas no curso de graduação e em minha trajetória acadêmica, mudaram as perspectivas de investigação. A angústia de não mais saber onde eu me localizava, aos poucos foi dando lugar a um reposicionamento teórico e também político.

O rompimento com as formas de pensamento essencialistas, universalizantes e binárias foi doloroso, perceber que há muito mais além do que o olho colonizado pode ver, colocaram-me numa posição-ação crítica mais implicada. O encontro com as teoria feministas, além de me ajudar a compreender como o sistema de gênero se impõe violentamente, também possibilitou a compreensão de que é possível resistir. Uma das formas é afirmar os corpos que desobedecem à normatizações do gênero. Assim, este encontro, além de causar uma ruptura em como via o mundo me mobilizou a atuar politicamente nele, ou seja, acreditar que é possível modificá-lo e agir para isso. Essa dissertação é uma das muitas possibilidades de contribuir com

esta construção. O feminismo tornou-se ainda mais interessante pelas suas posições enquanto movimento político, social, filosófico e científico.

Além de repensar sobre as relações e produção de subjetividades e corpos, o feminismo promoveu um novo olhar para as formas de produzir ciência, que me parecia inquestionável. Entretanto, com Donna Haraway (1995), bióloga, feminista, filósofa e historiadora, aprendi que a ciência é um texto contestável, é um campo de poder agonístico. Defende que o feminismo deve investir numa explicação do mundo que vá além da demonstração das contingências históricas e que possibilite a transformação das práticas de dominação e opressão, de modo que se possa viver bem nele. Assim o feminismo ou a ciência feminista deve estar comprometida com uma tarefa que é epistemológica, ética e política. “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negá-los, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p.16).

A objetividade científica na perspectiva feminista, como argumenta Haraway diz respeito à corporificação, uma prática de contestação, uma ótica política de posicionamentos que implica em responsabilizar-nos por nossas práticas. “A política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional” (HARAWAY, 1995, pp.27-28). Nessa perspectiva o conhecimento é sempre situado, localizado, possibilitando conexões e abertura inesperadas. Na perspectiva dos saberes localizados as/os sujeitos interlocutores na produção do conhecimento devem ser vistos como agentes afim de evitar equívocos.

A abertura que o pensamento de Haraway me possibilitou no modo em como percebia a ciência, foi o início da mudança de como pretendia realizar esta pesquisa. A mesma potência do encontro com o feminismo, foi experimentada ao conhecer a teoria *queer* e os estudos decoloniais. Se por um lado o feminismo me ajudou a perceber padrões de dominação e agir sobre eles, a teoria e os ativismos *queer* me fizeram querer sambar de salto alto em cima deles. De uma forma simplificada poderia traduzir o *queer* como um fazer(se) anti-normativo.

Assim como o feminismo, o *queer* também não está restrito ao âmbito acadêmico, surge como força política quando grupos de ativistas assumem como autodesignação o que antes era tido como insulto (esquisito, estranho, bizarro, efeminado, bicha, viado). Cientificamente desenvolve conceitualizações que se opõe à ideia de igualdade, de assimilação ao sistema social hegemônico, e sobre corpos

dissidentes das normas de sexo-gênero. Se vê nesses grupos a possibilidade de contestação e desconstrução dos modelos normativos de gênero, sexualidade, corporeidade, raça, classe e nacionalidade.

A teoria queer baseia-se na politização da dissidência sexual e das sexualidades contra-hegemônicas e defende uma política das identidades não essencializadas. A identidade tem um valor estratégico para formular reivindicações radicais, para pautar ações políticas, mas ela deve ser considerada como uma construção dinâmica e mutável, sempre historicamente transformada e renegociada, e não como uma realidade estável, fixa e natural. Ela é uma estratégia e não uma essência. Nesse sentido, a identidade queer afirma-se enquanto oposição à norma estabelecida e dominante, seja a norma heterossexual, a norma de branquitude, ou o cânone ocidental e burguês (REA, AMANCIO, 2018, p. 3).

O uso da identidade na teoria queer faz um contraste com o que tradicionalmente é feito pelos movimentos LGBT que a entendem, muitas vezes, como essencializada. “Eu nasci assim” é uma fala comum quando se referem à orientação sexual ou então “nasci no corpo errado” quando se trata da identidade de gênero. Além da contribuição que a teoria queer oferece para compreender o gênero como uma performatividade de atos reiterados que criam efeitos (BUTLER, 2010), ainda oferece a visão da possibilidade de trânsito entre as posições de gênero e sexualidade. Outra contribuição importante para este estudo é o uso estratégico da identidade para as ações políticas.

A noção de performatividade se destaca como ótica analítica nas teorizações *queer* e ajuda a entender como atos corporais se tornam performativos na formação do gênero e também nas manifestações de massa. Em relação ao gênero “as inscrições e interpelações primárias vêm com as expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em um primeiro momento, de maneiras incontroláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas” (BUTLER, 2018, p. 36). Essas normas não estão meramente impressas em nós marcando-nos e estigmatizando-nos, “em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las” (BUTLER, 2018, p. 36). A reprodução do gênero, que é sempre uma negociação com o poder e em sua repetição de representações, corre o risco de desfazer as normas ou de refazê-las de formas inesperadas, abrindo possibilidade de reconstrução do gênero sob outras orientações. Esta análise evidencia a aspiração política de permitir que as minorias

sexuais e de gênero possam mover-se livremente nos espaços nos espaços públicos e privados (BUTLER, 2018).

Neste fluxo de descoberta de teorias comprometidas com o fazer contra-hegemônico, a perspectiva decolonial me fez dar um salto para o passado e para o futuro ao mesmo tempo. Me fez revisitar as memórias de tudo o que aprendi sobre o mundo e como foi produzido a partir de relações de dominação e exploração. Viajei para dentro de mim para, articulado com as outras teorias, começar o trabalho de descolonizar-me, desmonogamizar-me, desgnerizar-me, descristianizar-me e tudo o que mais veio com as caravelas.

A expansão colonial europeia institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, à supremacia de uma classe, de um grupo etnoracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. Não é possível entender estes processos separadamente. (GROSGUÉL, 2012, p.342).

A decolonialidade, para além de um projeto acadêmico, consiste também em uma prática de oposição e intervenção. Nesta perspectiva são formulados conhecimentos a partir das experiências e cosmovisões dos sujeitos subalternos, evidenciando a conexão implícita entre o lugar e o pensamento. Assim, a perspectiva subalterna, tem o compromisso de produzir um conhecimento contra-hegemônico (GROSGUÉL, 2016).

É preciso retomar alguns elementos da colonialidade para poder imaginar outras possibilidades de existir, bem como nutrir o desejo de destruir os sistemas de opressão que atravessam os séculos e continuam atuando aqui e agora, nos lugares onde circulamos e vivemos, dentro de nossas casas, famílias, escolas, na rua, em nossos corpos e desejos.

As teorias e estudos apresentados ajudam não só na leitura dos processos aqui pesquisados como também ajudaram na construção dos caminhos da pesquisa. O que quero deixar destacada é a intenção de trabalhar para a construção de conhecimentos contra-hegemônicos.

Passo agora a apresentar o percurso da pesquisa e sua orientação ética e teórica.

2.1 COMEÇANDO PELAS MARGENS

Começo pelas margens pois é aí que me localizo. Estão à margem do sistema sexo-gênero-desejo aqueles que não cumprem com suas normas de ser, pensar, sentir, relacionar-se, corporificar-se, desejar. Estou unido aos corpos que não têm a pretensão de integração com o centro excludente, mas de destruir as fronteiras que dividem centros e margens.

Não por acaso, estou vinculado ao Núcleo de Pesquisa Modos de vida, família e relações de gênero - Margens. Os trabalhos produzidos neste núcleo buscam afirmar o lugar da margem como uma região que não pode -e não quer- ser invisibilizada.

Aqui é importante dizer que as margens não são homogêneas, mesmo que eu esteja fora do centro em relação à heterossexualidade, por ser branco tenho acessos físicos e simbólicos a posições e lugares que pessoas negras e indígenas não conseguem acessar. É necessário reconhecer os privilégios e estarmos atentos aos fatores que se entrelaçam na produção de vulnerabilidades que se distribuem de forma diferenciada entre os corpos que se desviam das normas dominantes.

As fronteiras que segmentam, separam e categorizam grupos de pessoas são efeitos de relações de poder desiguais que caracterizam a contemporaneidade, são históricos e se reinventam para manutenção das hierarquias. Por outro(s) lado(s) existem forças que resistem aos processos de dominação. É desse lado que estamos.

Grada Kilomba (2019) em diálogo com bell hooks nos diz que estar à margem é ser parte do todo mas fora do corpo principal. Pode ser vista para além de um espaço periférico, de perda e privação, mas como um espaço de resistência e possibilidades. A margem pode ser pensada como um espaço crítico onde as fronteiras opressivas como as de raça, classe, gênero e sexualidade são questionadas, desafiadas e desconstruídas. Assim, a margem “nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e imaginar mundos alternativos e novos discursos” (KILOMBA, 2019, p.68).

Nesta direção, tão importante quanto se pensar em uma pesquisa, é pensar na forma como ela será desenvolvida. Nesta pesquisa buscamos produzir, além de informações, significados e afetos envolvidos no processo de investigação, o que evidencia o seu caráter qualitativo. Encontramos na cartografia, desenvolvida por

Deleuze e Guattari (2014), não um modelo a ser seguido, mas algumas indicações de possíveis percursos a serem percorridos.

Seguindo esses autores, proponho a imagem do rizoma como lente de leitura para os caminhos que foram produzidos nesta pesquisa. O rizoma permite conexões, desconexões, composições. Entrei por uma das várias possíveis entradas em um território existencial, desenhando um mapa do percurso que teve como direcionamento as afecções e o desejo, atento às relações de poder e seus efeitos de subjetividade.



Resumamos os principais caracteres de um rizoma [...]. Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções moveidças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto [...]. Oposto a uma estrutura, [...], o rizoma é feito somente de linhas.[...] O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. [...], o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] unicamente definido por uma circulação de estados [...] todo tipo de "devires". (DELEUZE E GUATTARI, 2014, p.32).

Na pesquisa de inspiração cartográfica o pesquisador compõe o campo, não pesquisa 'sobre', mas 'com' os sujeitos, o que permite habitar um território existencial (KASTRUP E PASSOS, 2013). Diz respeito "às estratégias das formações do desejo no campo social" (ROLNIK, 2016, p.65).

Os processos já estão ocorrendo quando o cartógrafo entra em campo, tornando-se observador participante, visando a produção de informações e não uma "coleta de dados", entrando em contato direto com o território existencial das pessoas. O objetivo da cartografia é desenhar as redes de força com que o objeto se encontra conectado buscando dar conta de suas modulações em movimento permanente (KASTRUP E PASSOS, 2013).

O cartógrafo deve estar atento aos movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização, práticas de resistência e de liberdade. O método é uma estratégia de análise crítica que acompanha e descreve relações, trajetórias e formações

rizomáticas, compondo dispositivos, apontando linhas de fuga, rupturas e resistências (PRADO-FILHO E TETI, 2013).

O interesse por este tema iniciou antes do ingresso no mestrado. Ainda na graduação realizei meu trabalho de conclusão de curso em Psicologia, finalizado em 2017, a partir de uma pesquisa com foco na saúde e direitos sexuais onde analisei as práticas e discursos de profissionais de saúde pública e de militantes do movimento UNA LGBT de Xapecó do qual fiz parte desde a sua criação em 2016.

A entrada no mestrado foi a oportunidade para sistematizar as inquietações que me ocupavam. As experiências vividas enquanto membro do coletivo variaram entre a euforia de acreditar na força de transformação daquele grupo, à decepção pela dificuldade, às vezes impossibilidade, de uma gestão horizontal, que considero como fundamental em qualquer organização de pessoas que se proponha como democrática. Em muitos momentos tentava buscar as causas dos problemas para entendê-los. Mas, de acordo com Sueli Rolnik

“Entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima - céus da transcendência -, nem embaixo - brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem (ROLNIK, 2016, p.66).

Tornar-se cartógrafo é estar aberto à multiplicidade, é deixar-se atravessar pelos afetos e ser guiado por eles, é um trabalho de desterritorialização constante. Criar pontes de linguagem é (re)criar narrativas, (re)inventar-se. Assim como o cartógrafo a pesquisa também vai se (re)criando neste percurso.

[...] o problema, para o cartógrafo, não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade. Implicitamente, é óbvio que, pelo menos em seus momentos mais felizes, ele não teme o movimento. Deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, corona para existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo-e-língua (ROLNIK, 2016, p.66).

Desde a pesquisa para o trabalho de conclusão de curso comecei a fazer anotações em diário de campo que forneceram elementos de análise para discussão nesta dissertação. Como membro do grupo, ocupando a função de secretário da

UNA LGBT Xapecó por um ano e meio, participei das reuniões de diretoria onde eram planejadas as ações e também com o grupo de filiados, onde as propostas eram discutidas. Nos reuníamos inicialmente com frequência semanal na casa da presidenta Cher e de outros membros. Além das reuniões, os eventos e conversas informais traziam inquietações que eu me interessava em analisar. Outro espaço importante de produção de informações foram as redes sociais da UNA, principalmente sua página no Facebook, onde são publicadas notas, informativos e também as fotos dos eventos e reuniões.

O diário de campo, desenvolvido como instrumento importante do método etnográfico, da antropologia, é utilizado como uma das principais ferramentas de trabalho do cartógrafo. No diário são registrados de forma minuciosa os acontecimentos vivenciados no campo, assim como as impressões subjetivas dos acontecimentos. Igualmente podem ser realizadas observações que estabeleçam articulações com as teorias, a serem melhor desenvolvidas no decorrer da pesquisa (NEVES, 2006).

Pensando na construção desta dissertação, realizei seis entrevistas entre agosto e outubro de 2019 com membros da UNA, assim como mantive interlocuções com outras pessoas que ajudaram a compreender a importância de investigar os antecedentes à formação do coletivo estudado, e também a contextualização histórica do território. As entrevistas tiveram duração média de uma hora cada, três foram realizadas por vídeo conferência e as outras três presencialmente em locais definidos em conjunto com as/os entrevistadas/os. Todas/os aceitaram a gravação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, presencial ou digitalmente. Utilizar a entrevista em cartografia inclui a troca de informações, requer que a escuta e o olhar se ampliem para além do conteúdo relatado, incluindo a dimensão processual da experiência vivida em suas variações (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Às pessoas entrevistadas foram atribuídos nomes fictícios: três homens, homossexuais cisgêneros, com idades de 30 anos (Brit), 38 (Ernesto) e 43 anos (German); e três mulheres, uma delas trans de 45 anos (Cher), outra lésbica e cisgênero com 55 anos (Tânia), a última heterossexual e cis, com 66 anos (Camila). Cinco das/os interlocutoras/es possuem nível universitário (sendo Camila doutora, Brit cursando doutorado, German é mestre, Tânia e Ernesto graduados) e apenas Cher tem nível primário de escolaridade, tendo desistido dos estudos ainda no

ensino fundamental em função da discriminação que sofria. Esta entrevistada teve várias atuações profissionais como autônoma e na época estava tentando organizar um negócio próprio. Davi, Marcos e Camila são professores/a universitários/a, ela já aposentada; Tânia e Ernesto trabalhavam com assessoria parlamentar. Dos três homens, Marcos e Ernesto viviam relações estáveis e Brit declarou estar solteiro, já tendo vivido relações duradouras. Camila nasceu em outro país da América Latina, tendo-se naturalizado brasileira; Cher nasceu em outra região do país; Tânia, Davi e Marcos são naturais de cidades do interior de Santa Catarina e Ernesto é originário de cidade do interior do Paraná. Todas/os as/os entrevistadas/os tiveram participação ativa na construção da UNA LGBT de Xapecó, cinco deles/as como militantes do movimento e Camila, como participante da UNA em sua posição de pesquisadora voltada para os estudos de gênero, durante toda a sua carreira acadêmica no município.

Cher é uma mulher trans e não declarou sua posição de raça; as/os demais entrevistadas/os são brancas/os. Nas imagens das Paradas LGBT trazidas no capítulo 4 desta dissertação podemos ver a significativa predominância de corpos brancos nas ruas de Xapecó, uma cidade ligada à ocupação por descendentes de italianos e alemães, principalmente, muitos deles imigrantes vindos inicialmente para as terras do vizinho estado do Rio Grande do Sul que, numa expansão posterior das fronteiras agrícolas, ocuparam parte da região oeste de Santa Catarina. A invisibilidade de pessoas negras e de outras etnias nos eventos retratados e na própria cidade, dizem respeito à segregação dos espaços em alguns locais dessa região, e não ao fato de inexistirem habitantes negros ou indígenas no oeste do estado.

Mesmo correndo o risco de, ao identificar a orientação sexual e identidade de gênero das/os participantes da pesquisa, poder estar recaindo em uma certa essencialização das identidades, escolho fazê-lo por julgar que essa nomeação é necessária ao movimento LGBT.

Nas entrevistas realizadas não utilizei roteiro estruturado, apenas parti de algumas perguntas sobre o percurso de ativismo e a atuação nos lugares que ocupavam antes e depois da criação da UNA. As respostas seguiram o rumo das memórias evocadas por cada entrevistada/o e nesta associação livre, diversas informações me permitiram entender a importância em contextualizar a cidade de

Xapecó, e a sua fundação baseada nos pressupostos da branquitude moderna e colonial que modelam a subjetividade xapecoense.

Aliando relatos e reflexões teóricas me parece necessária a explanação da compreensão acerca de conceitos que embasam esta pesquisa: processos de subjetivação/subjetividade¹¹ e sujeito. Nesta perspectiva a subjetividade é constituída de forma rizomática, tecida em linhas que se cruzam, podendo ser considerada como um mapa, uma rede de instituições, discursos, práticas, formações do desejo e multiplicidade de relações. Dessa forma a subjetividade é uma produção constante, decorrente de arranjos múltiplos, heterogêneos, que são caracterizados como processo, como processos de subjetivação agenciados de diversos elementos e múltiplas formas do campo social (DELEUZE E GUATTARI, 2014).

Os processos de subjetivação não estão centrados em agentes individuais nem grupais. Implicam no funcionamento de máquinas de expressão como sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, etológicos, de mídia. “[...] A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo [...] é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (GUATTARI; ROLNIK, 1996 p.31). Nesse sentido a subjetividade é fundamentalmente uma produção social, assumida e vivida pelos indivíduos em sua existência particular. No entanto, o sujeito não é necessariamente subordinado nesse processo, podendo também agir sobre essa produção.

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33).

Compreender que os sujeitos podem atuar e criar sobre as subjetividades é entender que podem romper com o modelo hegemônico, que podem produzir possibilidades outras. É o caso dos sujeitos desta pesquisa, que em alguma medida buscam criar suas próprias formas de estar no mundo, produzindo singularidades

¹¹ Esses conceitos são situados nessa perspectiva teórica como processos concomitantes, a postura de abordá-los de forma integrada já está explicitada na obra dos autores.

O sujeito [...] só pode ser analisado a partir de uma processualidade, de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva. Ele é construído à medida que experiencia a ação das forças que circulam no fora, e que, por diferentes enfrentamentos, afetam o seu corpo e passam, em parte, a circular também do lado de dentro. Sob essa ótica, a produção do sujeito envolve um movimento que não conhece sossego, pois ele não está dado de uma vez por todas. Dessa maneira, ele pode ser sentido e percebido como uma existência particular e histórica, à medida que desenha territórios subjetivos que são investidos desejantemente. Entretanto, esses territórios nada mais são do que composições provisórias de forças (MANSANO, 2009, pp.115-116).

Nessa perspectiva, a subjetivação é sempre devir, movimento, produção, resultado dos agenciamentos que promovem processos de desterritorialização a partir de novos elementos que desorganizam outros já incorporados no território existencial. A partir desses novos elementos, ocorre a reterritorialização que incorpora esses elementos e os reorganizam junto aos elementos já estabilizados. Esse processo de desterritorialização-reterritorialização compõe, ou cria, um novo território (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Considerando, neste sentido a produção do sujeito como um processo de identificação em curso, aberto e inacabado.

A cartografia não só orienta a produção de informações, mas também a análise das experiências de campo como uma forma de pensar criticamente a realidade em questão. Durante as etapas da pesquisa de campo a posição crítica me permitiu reflexões que auxiliaram na elaboração das análises aqui propostas.

3 (DES)COMPONDO OS CORPOS-TERRITÓRIO DA PESQUISA

Mi cuerpo es un territorio político
(Dorotea Gómez Grijalva)

A gente combinamos de não morrer
(Conceição Evaristo)

Estou de acordo com a afirmação de Dorotea Grijalva de que o corpo é um território político. Além de inspirar o título deste capítulo, esta é a compreensão que tenho do meu corpo e que estendo aos demais que se colocam em luta.

Decidí asumirme-vivirme lesbiana-feminista, porque para mí ser lesbiana adquirió un significado especial en mí opción política y espiritual, de apostarle a la descolonización patriarcal desde mi cuerpo y mi sexualidad [...] Y de esta manera, me propongo a seguir respetando la particularidad del estilo rítmico y vibrante de este cuerpo con que toco la vida (GRIJALVA, 2012, p.3).

As concepções teóricas que assumo nesta pesquisa me permitem entender que corpos, subjetividades e territórios existenciais são forjados pelas mesmas forças. Entretanto o que é mais importante aqui é a capacidade desses corpos em traçar outras rotas diferentes daquelas impostas. Criar outros caminhos requer a capacidade de imaginar outros destinos. Em minha compreensão, essa só pode ser uma tarefa coletiva.

Outra inspiração é o conto de Conceição Evaristo (2016). Se, por um lado, eles combinaram de nos matar, por outros, nós combinamos de não morrer. Estas epígrafes refletem as discussões propostas neste capítulo, que tem como objetivo apresentar alguns percursos de resistência individuais e coletivos, bem como alguns locais que potencializaram a construção das lutas LGBT em Xapecó.

As narrativas que apresento aqui não pretendem historicizar a construção da cidade, mas (re)contar desde outro lugar, da margem. Esta narrativa contra-hegemônica busca evidenciar alguns fatos que marcaram a construção da cidade e da cultura local, desde o ângulo de quem nunca foi incluído no que conta como sujeito.

Uma das características de Xapecó é a violência com que a elite conservadora se impõe. Ao mesmo tempo constrói por meio de seus domínios de mídia e comunicação a imagem de uma cidade pacífica e agradável de viver, empurrando a pobreza para longe do centro, localizando a violência nas áreas periféricas.

A linha condutora desta narrativa é o entrelaçamento de fatos, vivências, cenas, conversas, fotografias e memórias compartilhadas pelos corpos dissidentes do sistema colonial de sexo, gênero e desejo. Apresentarei informações que não só me ajudaram a construir as reflexões aqui expostas, mas também aumentaram a minha vontade de seguir ativo no processo de transformação social em busca de uma sociedade onde a pluralidade seja de fato assimilada e respeitada, numa sociedade anti-normativa.

Nas interlocuções com as/os participantes da pesquisa e das reflexões decorrentes, foi possível mapear territórios que possibilitaram o diálogo sobre gênero e sexualidade que de alguma forma alimentaram seus ativismos: as festas LGBT, a UnoChapecó, o Grupo de Pesquisas e Estudos de gênero Fogueira, o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS (GAPA), e as redes sociais via internet. Cada um desses lugares será apresentado em suas particularidades, alguns tendo ora uma posição de apoio ao diálogo, ora de oposição, outros de total oposição. Início apresentando Xapecó.

3.1 XAPECÓ

A região oeste de Santa Catarina, considerada sertão pelas autoridades estatais, foi explorada pelas empresas colonizadoras que vendiam terras, em sua maioria para os migrantes de origem européia vindos do Rio Grande do Sul, principalmente após a guerra do Contestado que define os limites do estado com o Paraná. Nesta região se foi delimitando o município de Xapecó, onde habitava principalmente a população indígena da etnia Kaingang que assim nomeava o território. O nome mudou a partir de 1947, quando a Constituição do Estado de Santa Catarina definiu que a grafia deveria ser Ch justificando que a língua

portuguesa é derivada do latim onde a letra X é pouco utilizada¹². Logo a mudança do nome é mais um efeito do colonialismo e do desejo de modernização da cidade, próprio de sua elite. Vale ressaltar que a mudança não foi implantada aos nomes de municípios vizinhos, como Xaxim e Xanxerê.

O objetivo do estado catarinense era transformar esta região em um “vasto celeiro”, para isso era necessário “enfrentar a imponente da natureza”, em outras palavras, eliminar as florestas para criar áreas para o cultivo agrícola (RADIN; SILVA, 2018).

Desconsiderando a presença de populações indígenas e caboclas e seus modos de vida, presentes no local declarado como um “território vazio”, os migrantes eram a possibilidade de impulsionar a civilização. Esta estratégia alinhava-se aos ideais liberais da República, especialmente a propriedade da terra e o domínio da natureza a “justas proporções” para expandir o capitalismo, que era o propósito dos governos. “As populações locais não foram contempladas na ocupação legal das terras por serem consideradas incivilizadas” (RADIN, SILVA, 2018, p.688). A venda das terras para migrantes por meio da empresas colonizadoras que tinham vínculo com o governo estadual, tinham a finalidade de geração de impostos para impulsionar o progresso (RADIN, SILVA, 2018).

Com um fluxo de migração estabelecido, a elite política e econômica começou a delinear a construção de uma cidade moderna e projetada para o futuro. Para além de pensar a construção em termos materiais, houve a preocupação em “civilizar e educar” a população para superar o status de sertão ou vila e alcançar o desenvolvimento desejado (PETROLI, 2008). O projeto de cidade - e de subjetividade - estava alinhado ao discurso nacionalista e modernizador do Estado Novo - criado a partir do golpe militar de Getúlio Vargas. A elite tinha estreita relação com o então presidente, que foi homenageado com a atribuição de seu nome à principal avenida da cidade (PETROLI, 2008).

O período em que Getúlio Vargas esteve na presidência teve grande influência na produção de “um sentimento cívico, patriótico e nacionalista dos chapecoenses” (PETROLI, 2008 p.14). Esse sentimento pode ser resultado de um trabalho intenso de propagação do discurso nacionalista vigente, realizado em escolas, imprensa, comemorações organizadas pelo poder público. Esse discurso

¹² Texto disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/quando-a-capital-do-oeste-era-xapeco-2>

encontrava facilidade para circular pois o jornal local foi fundado pelo coronel Coronel Ernesto Francisco Bertaso e seu filho Serafim Enoss Bertaso (que foi nomeado prefeito da cidade em 1944), o advogado da colonizadora Bertaso e o juiz da comarca. O jornal *A Voz de Chapecó* em sua primeira edição em 03 de maio de 1939 definia-se como uma publicação modesta afim de informar a quem não podia assinar jornais produzidos nas capitais, além de “servir aos altos interesses do município, do Estado, e, conseqüentemente, do Brasil, nossa querida Pátria, procurando despertar nos moços o gosto pela leitura” (*A Voz de Chapecó*, 1939, *apud* PETROLI, 2008). Este jornal cuja publicação era dirigida exclusivamente aos homens, sem dúvida teve conseqüências explícitas no reforçamento heteronormatividade patriarcal vigente.

Atualmente, Xapecó é considerada a capital do oeste catarinense, é a maior e mais industrializada cidade da região, com aproximadamente 200 mil habitantes (IBGE, 2018). Recebe muitas pessoas dos municípios vizinhos, principalmente do campo, que buscam emprego nos mais diversos setores com destaque para as agroindústrias de processamento de proteína animal. Nos municípios vizinhos, todos de pequeno porte, a oferta de ensino superior é reduzida, fazendo com que muitos jovens se mudem em busca de formação profissional, emprego e espaços de lazer mais atraentes. Eu me incluo neste grupo. Sou natural de Caxambu do Sul município vizinho que no censo de 2010 tinha 4.400 habitantes (IBGE, 2010). A oferta de empregos era quase inexistente e a base da economia era e ainda é a agricultura. A única certeza que tinha aos 16 anos, quando terminei o ensino médio, era de que iria para Xapecó para estudar e trabalhar.

É muito presente no imaginário e na história de Xapecó a figura do desbravador como quem possibilitou o progresso e o desenvolvimento do município. Recentemente quando passeava com meu sobrinho de 12 anos pela avenida principal onde está localizado o monumento “desbravador” ele fez um comentário, sobre o que aprendeu na escola a respeito daquela figura, perguntei que tipo de coisas, ele respondeu: “coisas boas para a cidade, por isso ele está ali”.

Para sustentar uma imagem positiva da construção do município, muitos fatos foram apagados da história oficial. Monica Hass (2013) faz uma profunda investigação de um destes fatos em seu livro intitulado: “O linchamento que muitos querem esquecer”. Sua pesquisa demonstra que a violência acompanhou a história da região que foi disputada por Portugal e Espanha no período colonial, entre Brasil

e Argentina no século XIX e mais tarde pelos estados de Santa Catarina e Paraná, na guerra do contestado. A política do governo catarinense após a guerra foi a de repovoar a região por meio das companhias colonizadoras.

As empresas colonizadoras, autorizadas e em aliança com o governo do estado tiveram um de seus sócios nomeados pelo governador como delegado de polícia de Xapecó. Sua função era cuidar da ordem pública enquanto as empresas (de que era sócio) deveriam promover o progresso da região, alinhando-se aos ideais da República. A noção de progresso tinha como valores trabalho, luta, sacrifício que impregnaram o discurso do “pioneiro/desbravador que faz com as próprias mãos” (HASS, 2013, p.24). A igreja católica foi aliada no projeto de desenvolvimento traçado para a região, estabelecendo uma relação estreita com o poder político (HASS, 2013). Não por acaso, no centro da cidade estão lado a lado a catedral e a estátua do “desbravador” que tem 14 metros de altura e quase 6 de largura.

Figura 01: Catedral e desbravador.



Fonte: Ministério do turismo, disponível em:

[Belas paisagens, cultura e negócios na rota dos imigrantes](#)

Os poderes religiosos e políticos tiveram envolvimento no emblemático assassinato ocorrido em 1950 onde quatro homens foram mortos a tiros, facadas e pauladas, seus corpos empilhados e incinerados. Eles estavam presos acusados de colocar fogo em diversos estabelecimentos, sendo considerado como mais grave a queima da antiga igreja da cidade. A investigação de Hass (2013) aponta como uma

das possíveis motivações para o linchamento a perda da hegemonia política nas eleições municipais daquele ano. O padre aproveitando-se seu poder sagrado pediu à comunidade que fizesse com os culpados o mesmo que fizeram com a igreja. Assim que seu pedido de vingança foi consumado o padre desapareceu (HASS, 2013).

Não bastasse a crueldade com que a execução foi realizada, ainda os corpos ou o que restou deles, foram expostos para mostrar o que acontece com quem desafia o poder dominante. Diversas pessoas assistem os corpos expostos publicamente, como se pode perceber nesta fotografia:

Figura 02: Corpos das vítimas do linchamento



Fonte: Wikipédia, disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Corpos_das_v%C3%ADtimas_do_Linchamento_de_Chapec%C3%B3.jpg

José Martins (2006) que também se dedicou na investigação do linchamento, afirmou que tal prática tem “[...] motivação conservadora, a tentativa de impor castigo exemplar e radical a quem tenha, intencionalmente ou não, agido contra valores e normas que sustentam o modo como as relações sociais estão estabelecidas e reconhecidas ou os tenham posto em risco” (MARTINS, 1996, p.12-13).

O destaque para o linchamento bem como os esforços para apagá-lo da história dizem da violência que constitui o poder dominante na cidade e a forma de mostrar o que acontece com quem o desafia. Essa estratégia reaparece em outros

fatos, como no caso da morte em 2011 do vereador Marcelino Chiarello (PT) que era apoiador de diversas lutas populares. Após denunciar esquemas de corrupção o vereador foi morto, conforme laudo médico, por estrangulamento, traumatismo no crânio e fratura no nariz. O corpo foi encontrado em sua própria casa pendurado pelo pescoço simulando enforcamento. Outro laudo emitido por investigadores da polícia civil indicou o suicídio como causa da morte.

Esta versão causou revolta de pessoas ligadas ao vereador que se estendeu para um grande grupo que ainda reivindica esclarecimento sobre o caso, contudo o processo foi arquivado em 2017¹³. Um ano depois foi organizado um julgamento popular para o caso, sendo o primeiro do sul do Brasil. Na sentença popular o homicídio é indicado como a causa da morte, além da demonstração de irregularidades, interferências indevidas como a tentativa de intimidação do perito que foram praticadas por servidores públicos.¹⁴ O julgamento deve ser analisado por órgãos internacionais de direitos humanos. A necessidade de recorrer a instâncias internacionais mostra como o sistema judiciário local (e nacional) é parcial.

As mortes violentas não são exclusivas da arena política, ocorrem em outros espaços da sociedade tanto dentro de casa quanto nas ruas. Atos que buscam, além de matar, destruir os corpos de forma brutal se repetem ao longo da história. Nos casos aqui retratados existe um elemento em comum, o enfrentamento mais ou menos direto ao poder dominante da elite local.

O mesmo funcionamento se aplica no casos de feminicídios realizados com requintes de crueldade. No entanto alguns casos são subnotificados, ou seja, são considerados crimes comuns. Em uma festa, enquanto conversava com uma pessoa que acabara de conhecer mencionei que morava em Xapecó antes de me mudar para a Ilha de Santa Catarina, ela me olhou fixamente e me disse: “Coragem! Sei que lá as pessoas se matam com facão, ou machado, que medo, eu não iria pra lá

¹³Mais informações sobre o caso podem ser encontradas na reportagem do Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/28/quem-matou-marcelino-chiarello/>.

Página do facebook sobre o julgamento popular do caso
<https://pt-br.facebook.com/julgamentopopularcasomarcelinochiarello/>

¹⁴ Sentença do julgamento popular:

<http://desacato.info/confira-a-sentenca-popular-julgamento-do-caso-marcelino-chiarello/>

nunca! Vi que uma mulher foi morta e picada com um machadinho¹⁵ (DIÁRIO DE CAMPO, agosto 2019).

Quando se trata de pessoas transexuais ou travestis a tentativa de apagar aquela existência para além de tirar a vida também ocorre, como no caso da travesti que depois de morta foi jogada no rio que fica na divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Este fato não aparece nas notícias, mas foi relatado por Cher:

Tem o caso da Sandra de Sá, como a gente chamava ela, a Sandra não era prostituta ela usava os cabelos black power, ela era muito bonita, inclusive ela era professora concursada, trabalhava com crianças aqui em Xapecó. Na época ela foi assassinada lá no Goio-en e atirada da ponte lá de cima, ela teve múltiplas fraturas no corpo mas antes ela foi abusada foi estuprada, o assassino foi preso e não cumpriu nem dois anos (ENTREVISTA CHER, outubro 2019).

Os extermínios de vidas que apresento aqui, com um misto de tristeza e profunda revolta, mostram uma realidade que ameaça muitas pessoas todos os dias. Ao mesmo tempo que podem assustar pela forma que acontecem, também servem como motivação para aquelas pessoas que empregam esforço para mudar essa realidade. É neste sentido que esta pesquisa segue, buscando dar destaque para as resistências criadas a partir desse contexto de violência para vislumbrar possibilidades de transformação.

Entendo que não poderia apresentar Xapecó sem contar alguns dos fatos que ajudam a compreender a dificuldade de criar resistência aos poderes dominantes, que quando desafiados mostram do que são capazes para manter sua hegemonia. Nas próximas sessões concentro o olhar sobre os corpos dissidentes dos sistemas de gênero e sexualidade, os processos de enfrentamento e silenciamento a que foram historicamente relegados e os territórios que esses corpos encontraram para sua resistência.

3.2 O GAPA

O Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS GAPA de Xapecó¹⁶, iniciou suas atividades em 1989 com o objetivo de desacelerar a infecção do HIV/AIDS,

¹⁵ Notícia sobre a morte da jovem de 21 anos morta a golpes de machado em Xapecó, disponível em: <https://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/mulher-e-morta-com-golpes-de-machado-na-cabeca-em-chapeco-48932>

atendendo e acompanhando pessoas infectadas e desenvolvendo ações de prevenção e conscientização.

German, interlocutor da pesquisa, entende que o GAPA foi o primeiro lugar onde alguns debates e ações foram possibilitados

Eu vejo que o GAPA mesmo não se colocando como o movimento LGBT, acabou em vários momentos, tentando compreender essas questões de gênero e sexualidade acolhendo essas pessoas e fazendo os enfrentamentos. Então eu acho que historicamente a gente deve ao GAPA talvez o título de primeiro ativista porque ele fez a defesa dessa causa (ENTREVISTA GERMAN, setembro 2019).

Em nível nacional, muitas das ONGs que surgiram no contexto da epidemia da AIDS, foram se constituindo como espaços de acolhida e reflexão profunda sobre as identidades e teve muita repercussão nas famílias e na sociedade como um todo.

Outra interlocutora, a Tânia que foi presidente do GAPA por muitos anos contou sobre como a AIDS era vista

As pessoas não tinham referência e eram muito discriminadas por tudo aquilo que você conhece, peste gay que era a peste de quem era promíscuo, prostituta, aquela discriminação toda. Eu lembro um fato de um rapaz logo que iniciou o GAPA, então antes devia ser pior ainda, ele era de um município próximo daqui ele era homossexual e contraiu HIV no Rio de Janeiro. Voltou para cá doente, internou e uma das integrantes do GAPA acompanhou o caso. Até levava coisas para a mãe dele que estava no hospital que não tinha estrutura nenhuma. Logo ele morreu, não tinha o AZT, não tinha nada. Ele foi envolvido em sacos plásticos de lixo e o caixão dele vedado por medo de contaminação. Assim que ele foi enterrado o prefeito procurou a família e disse para a família se mudar daquela cidade (ENTREVISTA TÂNIA, outubro 2019).

Essas histórias que ao mesmo tempo fazem sentir grande tristeza se constituíram como estímulo para a resistência, mesmo através da dor. Tânia contou que o trabalho do GAPA, realizado por voluntários, visava a prevenção realizando atividades em escolas, nas ruas, além de prestar apoio às famílias de pessoas que viviam com HIV. Também trabalhavam com a população LGBT, distribuindo preservativos e organizando grupos reflexivos para tratar de auto estima, empoderamento para evitar a violência ou como buscar ajuda, fazendo uma ponte com os serviços de segurança e saúde pública (ENTREVISTA TÂNIA, outubro 2019).

¹⁶ Blog do GAPA Chapecó: <http://gapachapeco.blogspot.com/p/gapa-chapeco.html>
Página Facebook: <https://pt-br.facebook.com/gapachapeco>

Com a epidemia de HIV/AIDS a sexualidade passou a compor os debates públicos. As ONGs voltadas à doença foram importantes mecanismos de pressão para criação de uma política nacional de prevenção, que passaram a receber financiamento do governo federal para realização de suas atividades. Naquele momento grande parte das/os ativistas do então movimento homossexual integraram-se nas organizações de combate à doença. Neste contexto surgem diversos grupos e organizações com diferentes formatos e propostas de atuação, bem como a ampliação das redes de relações entre o movimento e o surgimento de novos atores (FACCHINI, 2005).

3.3 A UNOCHAPECÓ E O FOGUEIRA

A universidade foi o local onde os primeiros debates abertos sobre esses assuntos começaram a acontecer. Fundada em 1971 a primeira universidade da região configurou-se como um espaço paradoxal, pois ao mesmo tempo que servia e serve de local para tais debates, em muitos momentos atuou e atua como dificultadora dos mesmos. Não se pode esquecer que a universidade é parte da sociedade xapecoense impregnada pelos valores cristãos, presentes na constituição da cidade e da subjetividade local. Como era de se imaginar, não tinha muitos espaços onde assuntos relativos à sexualidade e gênero fossem discutidos, ao contrário, estes eram e em certa medida ainda são tabus.

A iniciativa de criar um grupo de estudos e pesquisas de gênero não foi institucional, mas sim de algumas professoras que se articularam com docentes de outras duas universidades da região, criando em 2001 o Fogueira Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero. O grupo nasceu com “um pé na academia e um pé na militância” como disse professora Camila quando contou sobre a criação do grupo. De acordo com ela a simbologia da Fogueira é usada para: “à luz de ideias, pesquisas, debates e intervenções na realidade, queimar o androcentrismo, o sexismo, a subserviência, a subjugação e a segregação enquanto racionalidades fundadoras de vários tipos de desigualdades e de opressão nas relações sociais”.

As dificuldades iniciais do grupo se deram pela desconsideração da importância dos estudos de gênero numa região marcada pelo machismo e homo/transfobia, bem como a dificuldade em aprovar projetos de pesquisa em editais internos de financiamento. As propostas de pesquisa apresentadas pelo

grupo para concorrer aos editais de financiamento não eram aprovadas com a justificativa de não serem relevantes, (na época o tema a que o grupo estava mais dedicado era o aborto). Um dos argumentos apresentados nos projetos, não sendo considerado como importante pelos avaliadores institucionais, refere-se ao fato do aborto ilegal ser uma das causas de maior morte de mulheres no Brasil.

Outro exemplo de como a universidade tratava temas como a sexualidade indicam que se constitui muitas vezes como um lugar onde os preconceitos ganham reforço. Brit, que foi membro do Fogueira, relatou que o Diretório Central dos Estudantes (DCE) organizou um evento no dia dos Direitos Humanos. Foi confeccionada uma cartilha que explicava por que os direitos sexuais também são Direitos Humanos. Além disso, uma drag queen foi convidada para a atividade, que por isso teve recursos materiais negados pela universidade.

Nós tínhamos conseguido com a universidade toda uma estrutura de palco, datashow e coisas que precisavam para apresentação dela e na hora que eles viram o que seria a apresentação, não quiseram dar o material. Alguém puxou de algum centro acadêmico aleatório uma caixa de som, botou a música e ela fez a performance no corredor, ela dublou a música dela linda! Fez o bate cabelo de calcinha e sutiã no corredor, foi maravilhosa! (ENTREVISTA BRIT, agosto 2019).

A tentativa de impedir a apresentação evidencia que a universidade regula e permite determinadas formas de aparição de corpos e formas de abordagem de temas. Ter uma mulher trans apresentando sua *drag* não cabia nos padrões morais que guiavam a instituição.

Aos poucos o grupo foi conseguindo aprovar alguns projetos com bolsas de pesquisa que foram consolidando a sua presença dentro e fora da universidade. Tornou-se referência na região nos debates sobre gênero e sexualidade e mais especificamente sobre direitos sexuais e reprodutivos, aborto legal, homossexualidades, masculinidades e violência contra as mulheres. A mídia local passou a buscar o grupo para opinar sobre os temas pesquisados, também recebia convites para palestras e eventos interessados naquelas temáticas. Para além disso, também se converteu em um espaço de acolhimento para gays e lésbicas desamparados pelas famílias que não as/os aceitavam.

Encontrar um espaço onde se podia falar abertamente sobre sexualidade foi algo que possibilitou a muitas/os estudantes a realizarem pesquisas que não só

produziram conhecimento, mas também as/os incentivou a afirmarem suas orientações sexuais desviantes.

Durante a graduação em psicologia, tive apenas uma aula relativa a gênero na disciplina de Antropologia. No oitavo semestre comecei a participar do Fogueira e logo me tornei bolsista no projeto de pesquisa: Saúde Sexual e Direitos Sexuais nas Unidades Básicas de Saúde de Xapecó-SC. Essa experiência possibilitou o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso com o tema: Práticas e Discursos de Profissionais da Saúde e Membros do Movimento LGBT sobre Saúde Sexual e Direitos Sexuais, ambos orientados pela professora Myriam Aldana Vargas.

Para mim e outras/os estudantes o Fogueira foi a possibilidade conhecer o feminismo, estudos de gênero e sexualidade, mas além disso, foi o início de uma formação política comprometida com a luta pelas liberdades de ser e existir.

Quando eu fui para a graduação, já estava pensando algumas coisas sobre gênero, aí eu conheci o Fogueira, a Myriam, que deu aula de Antropologia no primeiro semestre. Lá conheci pessoas que já vinham pesquisando sobre homoafetividades, homofobia, na época heteronormatividade era o que estava sendo mais debatido, estavam com pesquisas desenvolvidas sobre heteronormatividade e homofobia era bem avançado, estavam estudando a teoria *queer*. Então fechou totalmente, eu conheci ao mesmo tempo pesquisa e teoria para aquilo que eu já tava falando numa linguagem do ensino médio, senso comum, de repente eu tava tendo esse aporte teórico. Então na minha vida foi o Fogueira [um lugar importante para a formação teórica e de ativismo], também conheci outras pessoas e entidades que estavam junto tipo o GAPA, conheci as mulheres do Conselho de Políticas Públicas para as Mulheres, foram outros espaços e também em função da universidade entrei para um partido político, na militância de esquerda estudantil (ENTREVISTA BRIT, agosto 2019).

O grupo Fogueira tem acumulado pesquisas e publicações inéditas na região. Um lugar de formação política que cumpre com um de seus objetivos fundantes que é intervir criticamente nas relações sociais. Mais tarde em 2010 com o início das atividades das Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), surgiram coletivos feministas e um grupo de estudos de gênero, ampliando os debates dentro e fora das universidades.

German, outro participante desta pesquisa e conhecido ativista LGBT na cidade, contou sobre o seu percurso na universidade. Não foi membro do Fogueira oficialmente mas foi parceiro em diversas atividades, eventos e debates. Desde a graduação atuou no movimento estudantil sendo presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem, vice presidente do DCE e representante discente no Conselho

Universitário. Era assumidamente gay e por isso sofreu retaliações dentro do curso ao propor alguns debates e também nas campanhas eleitorais para os espaços que ocupou. A afirmação de sua homossexualidade foi usada pelos grupos opositores para difamá-lo. Contudo, ele continuou insistindo em falar abertamente que era gay e fazia suas lutas nos lugares que ocupava.

Eu dei aula na Unochapecó, isso há alguns anos atrás. As pessoas mandavam e-mail para reitoria dizendo que eu fazia corrupção de menores, que fazia sexo com menores. Até um deles era uma pessoa conhecida que fazia isso, dizia que era pai de uma aluna e que eu não tinha condições morais de dar aula. Então assim, passei por essa retaliação. Quando eu passei como professor na UDESC¹⁷ todas as vezes que eu tentava falar seja das minorias, seja do racismo, seja da violência contra mulher, todas as vezes eles diziam que eu tava legislando em causa própria, a da questão LGBT. Falar em legislar em causa própria é uma coisa horrível, eu ficava tão indignado! (ENTREVISTA GERMAN, setembro 2019).

As barreiras institucionais, como relatou German, não eram exclusividade da Unochapecó, aconteciam também na UDESC. A repressão era expressada pelas/os próprios colegas de curso. É interessante pensar que a universidade assim como outras instituições sociais, de forma disfarçada ou escancarada, são produtoras e reprodutoras de discriminações e preconceitos.

Recentemente, em dezembro de 2019, a Unochapecó passou por uma reestruturação guiada por uma lógica mercadológica e neoliberal, demitindo dezenas de professores, incluindo a líder do grupo Fogueira encerrando assim as atividades deste importante núcleo de pesquisas, o que pegou muitas/os pesquisadoras/es e ex-pesquisadora/es de surpresa gerando grande tristeza pela importante história do grupo na região e para as lutas das mulheres e pessoas LGBT.

Mesmo que estejam evidenciadas posturas de que dificultam o enfrentamento aos sistemas de dominação nesta universidade, é possível perceber que também possibilitou, por meio de enfrentamentos constantes, a criação e manutenção do Fogueira que teve importância significativa para o surgimento da UNA em Xapecó. Como se pôde perceber, três entrevistados/a são professores/a demonstrando que núcleos de pesquisa tem sido importantes meios de fomento ao ativismo desde que passaram a acolher estudos feministas, LGBTe *queer*.

¹⁷A Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC, iniciou suas atividades em 2004 em Xapecó oferecendo o curso de graduação em Enfermagem.

3.4 FESTAS LGBT

Não é difícil imaginar que os espaços de sociabilidade de pessoas LGBT na cidade eram (e são) limitados ou quase inexistentes. Comecei a frequentar as festas gays, como eram chamadas, no início dos anos 2000 ainda com muito receio que descobrissem meu 'segredo'. Não tive oportunidade de dialogar sobre sexualidade em nenhum espaço da escola ou da família, o que me fazia acreditar que era errado ser gay e que deveria me esforçar para reverter meus desejos. O medo de ter a orientação sexual descoberta não era uma exclusividade minha, mas da maioria das pessoas que frequentavam as festas, que eram comunicadas de forma sigilosa por meio de redes sociais, mais especificamente do Orkut. Estas eram realizadas em locais distantes do centro e com pouca movimentação para garantir a segurança. Além do medo de insultos e agressões, o anonimato das festas também era necessário pois a maioria das pessoas não havia revelado para família que eram lésbicas e gays.

As festas ajudaram a criar redes de relações que tiveram um papel fundamental para articulação das lutas LGBT organizadas. As festas recebiam pessoas das cidades vizinhas, e começaram a aumentar de proporção, até que surge uma boate dedicada exclusivamente aos LGBT, a Yes Banana. As festas, para além da diversão, acabaram por ligar as pessoas que tinham interesse em discutir os problemas enfrentados cotidianamente, relacionados a preconceitos e formas de enfrentamento de violências. Brit que é um reconhecido ativista na região, criou um grupo secreto no *Facebook* chamado "Movimento LGBT do Oeste Catarinense" para construir articulações e estratégias organizadas de mobilização. Ele explicita que teve a ideia de criar esta rede falando com outras/os/es LGBT.

Aconteceu e eu não tinha me dado conta da importância das festas até falar com a Cher. Quando eu fui pesquisar para dissertação, busquei as pessoas que eram das antigas de Xapecó, entre elas claro, fui falar com a Cher porque foi a dona da primeira balada LGBT de Xapecó. Ela me falou que as festas foram super importantes porque todo mundo conheceu todo mundo e aí que caiu a ficha as festas foram a coisa mais importante porque elas realmente construíram essa rede, que é uma rede afetiva sobretudo (ENTREVISTA BRIT, agosto 2019).

As festas se tornaram importantes também pelo fato de usarem as redes sociais para sua comunicação, onde, com a interação das pessoas, estava

crescendo a semente de uma possível forma estratégica de se organizar e resistir. As pessoas que se mostravam interessadas em discutir os problemas enfrentados pelas/os/es LGBT, foram sendo convidadas a participar do grupo *on-line* para dialogar no sentido criar as condições necessárias para desenvolver o movimento na região de Xapecó.

A grande questão é que na internet a militância em rede social, permitiu que os nossos discursos se tornassem públicos como nunca tinham sido. As pessoas que se sentem incomodadas com aquele conteúdo e nos atacam, estão na verdade, tentando silenciar discursos que é o que sempre aconteceu. Nós não estamos nos espaços de poder, e sabemos que quem controla esses acessos são homens cisgêneros, brancos, heterossexuais. Eles têm uma maquinaria de produção de normatizações em que nós somos desvio. Nós não somos norma, então nos silenciar é muito importante. (ENTREVISTA BRIT, agosto 2019).

Se por um lado a internet foi fundamental para a criação de redes de articulação e luta, por outro também se tornou, pela sua especificidade e falta de regulação, um meio privilegiado de agressões e ameaças.

3.5 OS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO

Em uma audiência pública, em 2015, na câmara de vereadores, com o propósito de discutir o Plano Municipal de Educação, no momento em que se debatia a importância da inclusão da categoria de gênero nos conteúdos das disciplinas, um vereador volta-se a nós, militantes LGBT, que estávamos presentes e afirma: “a minoria não me importa, vou votar contra e vou fazer campanha contra [a inclusão da perspectiva de gênero], podem me chamar de homofóbico, eu não sou homofóbico, mas sempre defenderei o direito da família” (VARGAS; CAVAGNOLI; CATTANI, 2016, p. 239-240).

A fala do vereador, bem como as afirmações do deputado Jair Bolsonaro, agora presidente da Brasil, trazidos em epígrafe, dão uma noção de como é difícil colocar em discussão temas como a LGBTfobia no âmbito legislativo local e nacional. O vereador, em seu discurso com tom de ameaça, que nega a homofobia explícita é aplaudido e comemorado por um grande grupo de pessoas ligadas a igrejas que estavam presentes. Nesta mesma audiência discursaram um bispo da igreja católica e um pastor evangélico que criticaram a homossexualidade colocando-a no campo da perversão e do pecado, representando um perigo à ordem

social. Ambos destacaram que só é concebível um tipo de família, aquela composta por homem e mulher (cisgêneros) com o objetivo da procriação.

O crescente aumento de legisladores ligados à igrejas cristãs vem aumentando o número de Projetos de Lei (PL) com diretrizes religiosas próximas do fundamentalismo intolerante a diversidade. São exemplos o projeto de lei 234/2011, de autoria do deputado João Campos, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), que ficou conhecido como “cura gay”; os diversos PLs propondo a “Escola sem Partido” (apresentados na câmara dos deputados, em 8 assembleias legislativas estaduais e em dez câmaras de vereadores¹⁸), que proíbem os escassos debates sobre sexualidade, preconceitos e discriminação baseados em marcadores de raça, identidade de gênero, orientação sexual, dentre outros; e também os vários projetos apresentados no congresso que propõe proibir a “disseminação da ideologia de gênero¹⁹”.

Uma responsabilidade do poder executivo, criada no processo de redemocratização do país foi a realização de conferências nacionais estaduais e municipais como instrumento de comunicação da sociedade civil e do estado visando o desenvolvimento de políticas públicas que atingissem as necessidades da sociedade como um todo.

Assim as conferências se tornaram importantes instrumentos conquistados pela participação popular, sendo garantidos pela Constituição Federal de 1988 como meio de consulta e comunicação de seus interesses ao Estado. A I Conferência Nacional LGBT foi convocada em novembro de 2007 pelo então presidente Lula, no entanto, somente em 2011 foi realizada a I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT em Xapecó. Por iniciativa do GAPA, do Grupo de Estudos Fogueira e partidos políticos, a Conferência foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores e contou com a presença de aproximadamente 30 pessoas.

¹⁸ Informações do site Escola sem Partido, disponível em:
<https://www.programaescolasempartido.org/pls-em-andamento>

¹⁹ A primeira referência em documentos oficiais da igreja católica a “Ideologia de Gênero” aparece na Nota da Conferência Episcopal do Peru, emitida em abril de 1998, com o título *La ideologia de género: sus peligros y alcances*. Essa construção discursiva da igreja aliada a grupos políticos conservadores criam e disseminam a ideia de que os estudos de gênero são um inimigo a ser combatido para a manutenção dos bons costumes e da família. Para maior conhecimento ver artigo “A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica” de Maria José Rosado-Nunes. Disponível em:
<http://seer.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1237/8629>

A II Conferência Nacional foi convocada em 2011, mas só foi realizada em Xapecó em 2015. Como não existe um Conselho Municipal de Direitos para LGBT a Conferência foi convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) em parceria com o Movimento LGBT do Oeste de Santa Catarina. Uma das conselheiras que fez uma fala na mesa de abertura era também representante do MMC. Lembro-me do cuidado que teve em se referir às pessoas LGBT por não conhecer os termos específicos e reforçou a importância da luta coletiva. Pediu às/aos presentes uma bandeira do arco-íris para demonstrar apoio nas atividades do MMC.

Destaco que a realização dessa conferência só foi possível pela atuação de militantes de movimentos feministas e de camponesas dentro do CMDM. Fiquei mobilizado pelo empenho dessas mulheres em se aliançar com a reivindicações das pessoas LGBT e decidi compor o grupo de delegadas/os que foi escolhido para representar a região oeste na conferência estadual realizada em março de 2016 em Florianópolis. Durante a viagem pudemos debater e refletir sobre as propostas que iríamos apresentar, além de dialogar sobre a importância da participação nos espaços de decisão. Estávamos muito empolgados com a recente criação da UNA em Xapecó.

3.6 GÊNERO: UMA IMPOSIÇÃO COLONIAL

O sistema de gênero se impõe violentamente sobre os corpos antes mesmo do nascimento. Esta imposição é uma tarefa coletiva reificada cotidianamente nos mais diversos espaços e relações. Neste capítulo analisarei a partir da perspectiva decolonial como o gênero foi imposto pelo colonialismo e algumas instituições que o sustentam.

Os modelos do pensamento europeu que estabeleceram por meio do colonialismo são sustentados pelo Estado e suas instituições: sistema educacional, jurídico, de saúde etc. Além da escola, a família e a religião foram três eixos mencionados por minhas/meus interlocutoras/es e eu compartilho destas menções em minha experiência.

Durante a parte inicial desta cartografia (e antes mesmo dela ser iniciada) percebia elementos compartilhados nas experiências de minhas/meus interlocutoras/es, bem como de outras LGBT, com as minhas, que entendo como

compartilhadas na cultura. Localizar esses elementos historicamente e dentro do sistema de dominação e exploração colonial, além de fornecer outras perspectivas de análise, possibilitou-me pensar em outras formas de enfrentamento. Pensar que o mundo como o conhecemos é fruto de um processo de exploração extremamente violento dos elementos naturais e corpos produz outras afetações e mobiliza pensar em outras alianças estratégicas de luta anti-universalistas.

Resgatando e interconectando relatos e experiências é possível perceber elementos da colonialidade em nossas famílias e sociedade, que se tornaram histórias únicas nas palavras de Chimamanda Adichie (2009). O perigo das histórias únicas reside num modo limitado de ver a realidade. Esta pesquisa pretende contar histórias diversas e, como dizem as Zapatistas, *“luchar por un mundo donde otros mundos sean posibles”*.

A heterossexualidade obrigatória (nem sequer havia outra possibilidade) a vivência da sexualidade restrita ao matrimônio, o pecado e punição divina a quem não cumprisse esses pressupostos, foram os pilares da “educação” de minha família de ascendência italiana-branca-cristã. Os princípios e valores familiares são tão antigos quanto o Brasil, aliás são fundantes da ideia de nação.

Apoiado na proposta do feminismo descolonial²⁰ de Maria Lugones (2014) entendo o gênero como uma imposição colonial. O sistema moderno- colonial-capitalista opera em uma lógica dicotômica e hierárquica sobre a raça, o gênero e a sexualidade. A diferenciação entre humano e não humano, incluindo a dominação dos homens em relação às mulheres foi imposta sobre as/os colonizadas/os, colocando o homem europeu, burguês, “civilizado”, heterossexual, cristão, racional como um sujeito/agente, apto à vida pública e ao governo. Os povos indígenas das Américas e de África eram classificados como não humanos, ou seja, como animais, selvagens e sexualmente incontroláveis. “A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas.” (LUGONES, 2014, p.936).

A “missão civilizatória”, um dos principais eixos da colonização, era na verdade um eufemismo para as práticas de acesso aos corpos através da exploração do trabalho e violação sexual, controle da reprodução e terror

²⁰ A proposta de um feminismo descolonial de Maria Lugones consiste na possibilidade de superação da colonialidade do gênero. Para maior conhecimento ver o texto: Rumo a um feminismo descolonial, publicado pela Revista de Estudos Feministas, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>

sistemático, como por exemplo, a confecção de bolsas e chapéus com as vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas. A conversão civilizatória justificou a colonização da memória, das noções de si, das relações intersubjetivas e com o mundo espiritual, com a terra, das concepções sobre realidade, identidade, organização social, ecológica e cosmológica (LUGONES 2014).

Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão [civilizadora] de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero (LUGONES, 2014, p. 938).

Estevão Rafael Fernandes (2015) em sua tese de doutorado intitulada “Decolonizando Sexualidades: Enquadramentos Coloniais e Homossexualidade Indígena no Brasil e nos Estados Unidos” nos oferece uma vasta literatura acerca da sexualidade indígena bem como do sistema de gênero imposto a estes povos. Importante destacar que nem ele nem eu pretendemos generalizar as vivências indígenas considerando a grande quantidade de etnias e suas diferentes cosmologias, mas a partir dos relatos apresentados, tecer algumas reflexões acerca dos epistemicídios e genocídios operados pela colonização. O epistemicídio e o genocídio podem ser pensados aqui como correlatos uma vez que o primeiro apagou os saberes e práticas culturais e o segundo eliminou concretamente os corpos.

Fernandes (2015) apresenta diversos relatos do período colonial e descreve cenas que se repetem desde então no Brasil, como no exemplo do assassinato da travesti Dandara já mencionado. A homossexualidade era uma prática comum em sociedades indígenas brasileiras, e não era causa de estigmas. O autor indica diversas fontes que apontam para um papel espiritual desempenhado pelas/os homossexuais nas aldeias. O que era percebido como depravação pelos missionários colonizadores era, muitas vezes, potencial xamânico para os indígenas.

Uma das estratégias dos missionários foi a pedagogia do medo para a conversão. Um exemplo emblemático é o caso do indígena Tupinambá que ficou conhecido como Tibira do Maranhão. Considerado intersex (à época utilizava-se o termo hermafrodita) era “casado” e tinha filhos, isso não era suficiente para o olhar

da masculinidade européia que considerava sua face e voz “de mulher” com cabelos finos e compridos. Ao descobrir os planos que os religiosos tinham para purificar suas maldades, através da santidade do evangelho, pureza e clareza da religião católica, fugiu para o mato. Ao ser encontrado, foi amarrado no Forte de São Luiz, ficando à espera da chegada de membros de outras aldeias para assistir ao processo de sua execução. Amarrado pela cintura, ouvindo os motivos pelos quais seria morto quais sejam “odiar a suas maldades”, o mesmo padre que anunciava sua morte ao presentes faz questão de acender a pólvora para disparar o tiro de canhão que dividiu o corpo do indígena em duas partes, uma ficou aos pés da muralha e a outra desapareceu no mar (FERNANDES, 2015).

O caso do indígena Tibira do Maranhão inaugura, pelo menos na literatura, uma forma de tratar quem desobedece o sistema de gênero que continua operante no Brasil contemporâneo. As formas de punição às pessoas desobedientes, como mencionadas em capítulo anterior, seguem os rigores da violência fundada pelo colonialismo. Não basta eliminar essas vidas, é preciso destruir seus corpos das mais diversas formas para a manutenção da ordem por meio do medo.

Márcia Amantino (2011) em seu texto “E eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” cita relatos produzidos no período colonial onde se podem perceber relações não héteroguiadas e a trânsito entre posições de gênero. Um desses relatos é de 1551 onde o padre Pero Correia descreve o “pecado contra a natureza” (natureza na concepção européia) e o fato de haver, “entre as índias algumas que não só pegavam em armas, mas também realizavam outras funções de homens e eram casadas com outras mulheres. Chamá-las de mulheres era, segundo ele, a maior injúria que lhes poderia fazer” (AMANTINO, 2011, p. 18). Outro relato apresentado pela autora, baseado nos informes de Pero de Magalhães Gandavo (1576) à corte portuguesa detalha:

[Gandavo] citou o caso de algumas índias que decidiram não ter relações sexuais com homens. Isso seria, na visão do religioso, uma boa decisão, pois estaria de acordo com a ideia cristã de castidade. O grande problema era que essas índias apenas não aceitavam ter relações com homens, ainda que fossem mortas. A escolha e interesse delas eram por mulheres. Elas se dedicavam às tarefas masculinas, ‘como se não fossem fêmeas’. Continuava o padre afirmando que elas cortavam os cabelos da mesma maneira que os machos, iam às guerras com seus arcos e flechas e caçavam sempre na companhia deles. Para completar, cada uma tinha uma mulher que a servia e com quem dizia ser casada. Concluía o padre que ‘assim se comunicam e conversam como marido e mulher’ (AMANTINO, 2011, p.19).

O que quero demonstrar com isso é que o modelo de pensamento de minha família e também das famílias das/os interlocutores da pesquisa, bem como de outras pessoas que no percurso de ativismo compartilharam suas histórias, corresponde ao modelo colonial capitalista moderno dominante reiterado e reforçado, que impõe a todas/os nós um modelo de corpo, de masculinidade/feminilidade, de relacionamento afetivo/sexual e de religiosidade.

Esse modelo excludente e intolerante com a diversidade, além da igreja e família, também se reproduz na escola com muita força. Para mim, foi na escola que começaram a sinalizar que eu estava fora do que se esperava da masculinidade. Foi onde começaram a me chamar de viado, o que me constrangia e fazia com que me esforçasse para não ser identificado daquela maneira. Para compensar o “problema” estudava muito para tirar boas notas e ser reconhecido em alguma coisa. Essa é a leitura que faço agora porque quando criança não era uma estratégia consciente, era uma grande angústia.

Igualmente um dos interlocutores descreve o que ele passava na escola. Como é para muitas/os de nós, German faz um relato que pode representar uma experiência compartilhada na escola e na família

Sofri muito *bullying* seja em casa, seja na escola, eu tinha dificuldade de aprendizado. Não lembro até terminar o ensino médio de ter ocupado o banheiro porque tinha medo. Geralmente eu era o primeiro a chegar, bem cedinho e o último a sair, não costumava sair da sala no intervalo, tinha um complexo enorme. Isso foi crescendo, tanto que na adolescência a minha mãe ia para as lojas e pegava calçados e roupas e levava para casa eu provava. Eu não tinha em São Carlos/SC [sua cidade de origem] autoestima e coragem para ir para uma loja comprar uma roupa era algo patológico. Eu ia muito mal na escola e por volta dos sétima série eu reprovei eu percebi que a minha vida seria muito difícil sendo gay se eu não estudasse, porque na época estudar era a única maneira de conseguir sair dali (ENTREVISTA GERMAN, setembro 2019).

A possibilidade que tivemos, eu e outros gays e lésbicas participantes da pesquisa de fazer ensino superior, que nos colocou em uma posição de privilégio, não foi a mesma para Cher mulher trans, outra interlocutora, que precisou abandonar a escola além de ser expulsa de casa.

A heteronormatividade está na ordem do currículo. Assim, seria incorreto pensar que o heterossexismo e a homofobia se manifestam de maneira fortuita ou isolada nas instituições escolares, ou como uma herança, um

resíduo trazido de fora, cujas manifestações a escola meramente admitiria. Em vez disso, a escola consente, cultiva e promove homofobia e heterossexismo, não só repercutindo o que se produz em outros âmbitos, mas oferecendo uma contribuição decisiva para a sua atualização e o seu enraizamento (JUNQUEIRA, 2012, p.19).

Junqueira (2012) também reflete sobre a internalização da culpa que leva a uma super compensação de estudantes LGBT que buscam ser melhores alunas/os, melhores amigas/os, etc. Nesta direção, Isaías Oliveira & Eliane Maio (2016), destacam que emoções como angústia, insegurança, mal-estar, sofrimento se somariam para a evasão escolar, ou melhor dito a expulsão escolar. Somado ao contexto escolar, muitas LGBT saem de casa ou são frequentemente expulsas. A saída da escola, muitas vezes impossibilita a entrada no mercado de trabalho, direcionando as pessoas trans a subempregos e à prostituição.

Só é possível enfrentar as opressões quando se conhece suas formas de operação. O preconceito pode ser um importante mecanismo para manutenção da hierarquia entre grupos sociais. No jogo entre hierarquizações e inferiorizações, os preconceitos são utilizados para conservação e extensão dos processos de dominação social, reguladores das interações entre atores e grupos sociais com um objetivo central: impedir que as relações subordinadas se transformem em política (PRADO; MACHADO, 2008).

A manutenção dos modelos hegemônicos é sustentada no cotidiano por meio da discriminação feita pelas pessoas que se sentem representantes da ordem e executoras das penalizações a quem dela se desvia. Grada Kilomba (2019) mostra como a branquitude se constrói como ponto de referência e que a partir dele todas/os as/os outras/os raciais diferem. Sendo assim não se é diferente, mas torna-se diferente por meio da discriminação. Essa mesma lógica pode ser aplicada ao sistema heterocisgênero.

4 A UNA É PARA LUTAR! LUTAR POR MAIS DIREITOS E LIBERDADE DE AMAR!

A opressão forma as condições de resistência
Grada Kilomba

A liberdade é uma luta constante
Angela Davis

Entender o sistema de gênero como uma imposição colonial abre outras possibilidades para pensar que resistir a ele deve ser ao mesmo tempo repensar toda a organização do mundo como a conhecemos. Conhecer os processos de opressão e como foram construídos, sejam eles de ordem sexual, de raça ou de classe, pode oferecer condições mais adequadas de resistência, como defendido por Grada Kilomba (2019). Se tivermos um olhar histórico podemos perceber que a liberdade é algo muito distante, por isso deve ser uma luta constante, como afirma Angela Davis (2018). Neste capítulo vou narrar as resistências e lutas por liberdade na formação e atuação da UNA LGBT de Xapecó.

O estabelecimento do sistema de gênero hegemônico determina e privilegia os corpos a partir do esquema binário pênis-macho-homem-atividade sexual, vagina-fêmea-mulher-passividade sexual, ambos com desejo direcionado ao sexo oposto. Neste modelo de cisheterossexualidade compulsória, compreendida a partir de autoras como Monique Wittig (2006), Gayle Rubin (2017) e das teorias *queer*, os corpos dissidentes não apenas são discriminados, mas desumanizados.

As práticas sociais baseadas na heteronormatividade constituíram-se, ao longo da história ocidental, em processos capazes da construção de subordinação de outras práticas sexuais e sociais. O que significa não a exclusão das homossexualidades do cenário social, mas sim a sua subalternidade no interior dos processos hegemônicos (PRADO; MACHADO 2008. p.13)

Todo esse debate esteve muito distante de minha experiência cotidiana e de muitos outras pessoas que só conheciam “a verdade das igrejas” e da sociedade que regula os corpos, aplicando um vasto repertório de ações punitivas que vão desde olhares até a eliminação dos corpos que não se submetem às suas normas. Certamente que “sair do armário” não resolve todos os dilemas de pessoas LGBT, pois os valores sociais cisheteronormativos nos produzem e deles é muito difícil nos

libertarmos. Algumas situações e vivências me ajudaram a fazer outras leituras do mundo, de mim mesmo e das possibilidades de mudança.

Comecei a participar das manifestações do dia 8 de março e de outras mobilizações sociais, como a das mulheres camponesas e essas experiências me fizeram sentir algo que nunca havia experimentado, a emoção de ver/sentir tantas mulheres juntas discutindo e reivindicando. Era algo que sentia no corpo, uma força que me marcou e me fez acreditar que a mudança era possível, os discursos apaixonados, as músicas, os cartazes, faixas e principalmente muitas mulheres idosas que levaram provavelmente uma vida muito sofrida com o trabalho na agricultura, dispostas na marcha, que mesmo sob sol intenso, cansadas seguiam em frente cantando e acreditando.

No grupo de estudos Fogueira conheci o Brit, um dos interlocutores dessa pesquisa. Considerava-o muito corajoso e admirava suas iniciativas de ativismo nas redes sociais, principalmente por enfrentar agressões virtuais e até mesmo ameaças. Quando ele criou no *Facebook* o grupo chamado “Movimento LGBT do Oeste Catarinense”, recebi o convite para integrá-lo, foi o momento em que decidi assumir a militância de forma mais efetiva. No grupo eram debatidos assuntos diversos, acontecimentos, notícias. Por meio desse grupo foram articulados encontros presenciais com a intenção de organizar um movimento para além da internet. “Aconteceram três reuniões, com baixa participação, não reunindo as condições, naquele momento, para o início do movimento (ENTREVISTA BRIT, agosto 2019).

Foi por meio desse grupo *on-line* que foi postado o convite para a fundação da UNA LGBT de Xapecó, sem muitas informações, apenas indicando o local de lançamento Sindicato dos Bancários, e a data.

A plenária de lançamento foi realizada no dia 25 de fevereiro de 2016 quando a UNA foi apresentada por um de seus fundadores em nível nacional. A carta de princípios (ANEXO I) foi lida e militantes fizeram falas. Lembro-me muito bem da ambientação da sala onde o encontro foi organizado, havia uma bandeira do arco-iris gigante cobrindo toda a parede lateral. Também tenho a especial lembrança da alegria que senti em ver diversas pessoas reunidas com o mesmo propósito, dentre estas muitos amigas e amigos. Após a apresentação, foram distribuídas fichas de filiação para quem tivesse interesse em compor efetivamente a UNA LGBT de Xapecó. A empolgação com as ideias expostas fez com que quase a totalidade dos presentes se filiassem. Lembro das dúvidas de alguns ao preencher os campos

“nome social”, “identidade gênero” que se confundia com o da “orientação sexual”, pelo pouco contato com esses termos e definições. Não fazíamos ideia de tudo o que aconteceria depois daquela noite.

Figura 3: Plenária de fundação da UNA LGBT.



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó.

Não só para mim, mas para outras pessoas este momento foi especial no sentido de que estava nascendo um sentimento de coletividade, as pessoas se conheciam e até mesmo discutiam sobre os problemas compartilhados entre as LGBT, porém agora havia este sentimento de pertencimento e apoio, o que foi fundamental no fortalecimento e inspiração para o desenvolvimento das atividades que se seguiram.

Para mim foi maravilhoso, eu sempre pensei que esse momento deveria chegar e que nós tivéssemos realmente uma entidade que funcionasse porque já tinham iniciativas anteriores mas sem muita adesão. Eu acho que a gente conseguir dialogar entre pares nesse sentido do que eu tô chamando de espectro ideológico e político, foi super importante nesse momento. Então foi maravilhoso participar desse momento de aglomeração de pessoas que estavam juntas pensando algumas coisas porque justamente foi sempre isso que eu gostaria que tivesse acontecido (ENTREVISTA BRIT, agosto 2019).

Como fica evidente na fala de Brit, além do horizonte de lutas que se desenhava agora com mais força, também estávamos entusiasmados e alegres com o que estava acontecendo, perceber a quantidade de pessoas dispostas a construir outras histórias para as LGBT foi o principal combustível. A fundação da UNA

inaugura a possibilidade de outras formas de aparecimento público e de corporizar a política.

Do meu ponto de vista mais limitado, quero sugerir somente que quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p.17).

Criar esta organização no município de Xapecó com uma proposta de ser ampliada aos municípios vizinhos tinha um sabor de triunfo de uma dívida histórica. A região oeste é conhecida como berço de diversos e importantes movimentos sociais reconhecidos nacionalmente, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). A organização e articulação que possibilitou a criação e sustentação desses movimentos teve grande apoio da igreja católica por meio das comunidades eclesiais de base. Obviamente, este não foi o caso do movimento LGBT, visto que o controle do gênero e da sexualidade é estruturante das igrejas cristãs.

Dentre as muitas formas de ação dos movimentos sociais estão a denúncia de situações de desigualdade, injustiça e violências que mobilizam as pessoas a reivindicar coletivamente mudanças que promovam a reversão das condições de precariedade, como são submetidas muitas pessoas LGBT no Brasil. Os movimentos sociais têm sido importantes agentes de transformação política, lutando para construir um país mais justo e democrático. O campo de luta dos movimentos sociais é a política, onde se travam as batalhas com o Estado e outros setores da sociedade para a construção de direitos e políticas públicas que respondam a suas demandas.

Desde a perspectiva de corpos em aliança, Butler (2018) ressalta que a luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero se configura uma luta por justiça social, caracterizando-se assim como um projeto democrático radical. Nestes termos é que ela vai conceber o que poderia ser chamado também de movimento social, afirmando que

O exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo. O seu objetivo é se opor às forças e aos regimes militares, disciplinadores e reguladores que nos exporiam à condição precária (BUTLER, 2018, p.75)

Mesmo que à UNA tenha sido atribuído o estatuto de movimento social eu considero interessante pensá-lo também através da definição de Sonia Alvarez (2014) que ao analisar o movimento feminista sugere outra leitura, propondo a noção de campos discursivos de ação.

É importante frisar que as pessoas que se identificam com um determinado campo articulam e disputam as representações e os significados para e entre si, e não só os “enquadram estrategicamente” (através de “framing processes”), para transformá-los em “demandas” que possam ter maior “ressonância” como o “sistema político”, como alegaria a teoria de processo político sobre os movimentos sociais. Além disso, sustento que esses espaços discursivos, em si mesmos, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. Quer dizer, não são espaços pré-políticos nem para-políticos, como fica implícito na distinção comumente feita entre movimentos “sociais” e partidos, instituições ou processos representados como (realmente) “políticos” (ALVARES, 2014, p.19).

As formas de participação social e política dos grupos LGBT organizados, abrem possibilidade de enfrentamento de práticas excludentes, que resistem apesar das opressões vivenciadas no cotidiano. A resistência ou a re-existência conforme descrita por Andréa Zanella et all (2012), constitui-se pela inventividade e proposição, que não sucumbe à moral hegemônica. Neste percurso se constituem ações criativas, dirigidas à emancipação, em conflito com o silêncio e a invisibilidade a que estiveram historicamente relegadas as pessoas LGBT.

As condições de vulnerabilidade podem ser forças propulsoras na criação de coletivos para responder a essas situações também em espaços institucionais, como se deu com a UNA, que surgiu ligada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Sobre esta questão, Ernesto um dos interlocutores da pesquisa, filiado ao PC do B nos contou que havia uma fração que tratava de assuntos LGBT dentro do partido. Na fração havia um incômodo com o fato dos movimentos LGBT se construírem no formato de ONGs, voltadas predominantemente para problemas de saúde, especialmente a ISTs/AIDS. Sem desconsiderar a importância e a necessidade das

ONGs, entendiam como necessária a criação de movimentos também voltados à formação política (ENTREVISTA ERNESTO, setembro 2019)

Os partidos políticos de esquerda se constroem em discussões e estudos sobre as causas das diferenças e opressões de classe, com o objetivo de mudanças estruturais na sociedade. As/os integrantes do partido entendiam que a mesma matriz de opressão sustentava os preconceitos em relação às pessoas diferentemente posicionadas na sociedade, como aquelas oriundas das classes trabalhadoras, as pessoas negras e LGBT. Nesse sentido, o formato de ONG, mais centrado em problemas específicos da saúde de pessoas cisheterodissidentes, não dava conta da formação política voltada para a transformação social, o que levou a direção do partido a incentivar (em uma reunião ocorrida há quinze anos atrás) que essas problematizações fossem ampliadas para fora da agremiação (ENTREVISTA ERNESTO, setembro 2019).

Desde a decisão de criação foram três anos de organização nos estados para a fundação oficial da UNA em São Paulo em 16 de outubro de 2015. Estiveram reunidos militantes de diversos estados, dentre elas/eles pessoas ligadas outros partidos de esquerda como PT e PSOL. Nesta configuração a UNA foi criada, como uma entidade nacional de filiação individual. O evento de fundação foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) organizado pela deputada estadual Leci Brandão, contando com a presença de representantes de todos os partidos (ENTREVISTA ERNESTO, setembro 2019).

Após a fundação nacional, a direção eleita propôs que inicialmente se formassem entidades nos estados para depois se formarem nos municípios. Em Santa Catarina o movimento foi diferente, as lideranças locais do PC do B ligadas à UNA, sentiam o incômodo de que o movimento LGBT se concentrasse majoritariamente na região de Florianópolis. Por isso, ao invés de ser fundada inicialmente âmbito estadual, foi incentivada a criação de associações no interior do estado. A ideia era criar núcleos que pudessem fomentar o nascimento nas regiões e posteriormente a construção da UNA estadual, composta por pessoas dos diversos municípios, constituindo-se como um espaço consultivo e de articulação (ENTREVISTA ERNESTO, setembro 2019).

Aproveitando o período de construção das conferências LGBT, uma vez que o estado catarinense não investiu na mobilização para a construção da Conferência Estadual, surgiu a ideia de percorrer o estado para fomentar a construção das

conferências locais e posteriormente a estadual. Neste percurso é que se percebeu, de acordo com Ernesto, que haviam diversas iniciativas individuais e de grupos, como no caso de Xapecó, onde a UNA foi criada em fevereiro de 2016. No mês de junho do mesmo ano foi criada a UNA LGBT estadual, com sede na cidade de Florianópolis. Atualmente o movimento está instituído em 15 municípios catarinenses.

O fato deste movimento ter surgido relacionado a partidos de esquerda, teve reflexos em suas diretrizes, encaminhadas fortemente à transformação social, como fica evidente na carta de princípios onde a UNA é definida como uma entidade socialista.

Participei da fundação da UNA, mergulhando numa experiência que até então era desconhecida. Dentro do coletivo, começo a refletir sobre os motivos que levam as pessoas a se unirem em torno de causas, neste caso, a defesa de suas próprias vidas. Neste sentido é possível conceber a criação de movimentos sociais e identidades coletivas simultaneamente. Estou de acordo com Machado e Prado (2005) que as identidades coletivas podem ser formas de significar uma realidade social impedindo a homogeneidade de interpretações sobre a sociedade e uma

Estratégia da organização da ação coletiva, tal como a construção de alianças, laços de solidariedade e pertença entre os indivíduos engajados na mesma ação. O que significa considerarmos a identidade coletiva um processo social de constituição de um conjunto de valores e ações capazes de criar formas de pertença grupal e de criação e sustentação de sentidos da realidade social (MACHADO; PRADO, 2005, p.38).

Inicialmente eu acreditava que o mais importante a se fazer enquanto grupo, além de um espaço de identificação e fortalecimento, era a reivindicação de direitos perante o Estado. A ideia de igualdade era o que nos direcionava para ação. No entanto, o cotidiano do grupo e o contato com as teorias mencionadas, esses princípios foram se modificando. O Estado deixou de me oferecer qualquer garantia e a ideia de afirmação das diferenças se tornou mais interessante do que a de reivindicação de igualdade.

Mesmo que o surgimento da UNA seja recente se comparado aos primeiros Movimentos Homossexuais Brasileiros (MHB), pude perceber diversas semelhanças em suas constituições. Faço a seguir um breve relato do surgimento, conflitos, avanços e recuos do MHB baseado nas produções de James Green e João Silvério

Trevisan, que participaram ativamente desses processos. O movimento homossexual surge no Brasil em 1978, em São Paulo, em meio às agitações sociais que reivindicavam o fim da ditadura militar, onde grupos de negros, mulheres e homossexuais começaram a se organizar exigindo serem ouvidos. Alguns estudantes, artistas, escriturários e bancários na maioria homens gays e lésbicas em menor número, reuniam-se para planejar o futuro da primeira organização pelos direitos de homossexuais no Brasil. Nessas reuniões eram debatidos temas como a necessidade de conscientização, matérias contra homossexualidade e as publicações do jornal *Lampião da Esquina*, produzido por intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, que discutia principalmente assuntos relacionados a sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo (GREEN, 2000).

A escolha do nome do grupo gerou controvérsias pois alguns acreditavam que a primeira proposta “Ação Pelos Direitos Homossexuais” colocava de forma muito audaciosa a agenda política do grupo. Outros defendiam que deveriam homenagear o “Somos”, primeiro Movimento da América do Sul criado em Buenos Aires em 1971. O nome oficial “Somos Grupo de Afirmação Homossexual”, foi inaugurado em um debate na USP em 1979, que discutia a organização das “minorias” brasileiras. O debate foi intenso, defendiam os militantes de esquerda que a luta de direitos específicos iria dividir a luta contra a ditadura. Estudantes lésbicas e gays argumentavam que a esquerda brasileira era homofóbica. Essas e outras discussões também realizadas internamente, geraram tensões que resultaram em divisões no grupo (GREEN, 2000).

Estavam surgindo, inspiradas no Somos diversas organizações no país. Em 1980 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados em São Paulo. Com participação de mais de 300 delegados da Ásia, Europa, Américas e Caribe, foi realizada no Rio de Janeiro em 1995, a 17ª Conferência Anual da International Lesbian and Gay Association (ILGA). No evento a então deputada Marta Suplicy (PT) lançou a campanha nacional pela parceria civil e uma proposta de emenda constitucional que proibia a discriminação pela orientação sexual. No encerramento do evento foi celebrado os 26 anos da revolta em Stonewall, numa caminhada na avenida Atlântica com milhares de participantes. Em 1981 existiam 20 grupos no Brasil, no entanto, só sete sobreviveram e participaram do Segundo Encontro de Homossexuais em ocorreu em Salvador/BA. Os fatores que podem ter contribuído para este declínio foram a falta de recursos financeiros,

infra-estrutura e a perda de estímulo dos dirigentes pelos grupos não terem tido crescimento significativo. O crescimento de serviços direcionados ao público homossexual sustentou a ilusão de liberdade e de que uma organização política não era mais necessária (GREEN,2000).

A AIDS e sua rápida transmissão acompanhada de desinformação causou pânico. Uma das primeiras respostas organizadas à epidemia foi do grupo Outra Coisa Ação Homossexualista (dissidente do Somos por suas ligações com a esquerda). Eram distribuídos panfletos, nos lugares de encontro de homossexuais, informando sobre a doença. Também reuniram-se com o departamento de Saúde do estado São Paulo para exigir que não houvesse discriminação contra homossexuais no enfrentamento a epidemia. Além das mortes ocasionadas pela AIDS começaram a ser registradas por grupos homossexuais, as mortes de pessoas pelos chamados esquadrões da morte que tinham o objetivo de limpar a sociedade brasileira da imoralidade. A imensa maioria desses crimes nunca foram julgados (Green, 2000).

Organizações de lésbicas surgiram em contraposição à centralidade que os gays ocupavam em alguns movimentos, criaram redes e eventos nacionais voltados ao combate da discriminação sofrida por elas. O PT tornou-se referência para muitos ativistas sendo o único partido que incluiu os direitos de gays e lésbicas em sua agenda na década de 1980. Ativistas criaram dentro do partido um grupo para discutir questões do movimento, no entanto, a aliança com a igreja católica na campanha presidencial de 1994, obrigou a retirada da proposta de apoio a união civil de homossexuais (GREEN, 2000).

Em 1993 a Associação de Travestis e Liberados realizou o primeiro encontro nacional no Rio de Janeiro com participação de mais de 100 pessoas de vários estados. Durante o Sétimo Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em 1995, representantes do movimento de Travestis reivindicaram a sua incorporação no movimento e o resultado foi a criação da Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis (Green, 2000). Atualmente designada Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) conta com mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior organização deste tipo na América Latina e Caribe²¹.

²¹ Maiores informações podem ser encontradas no site da ABGLT disponível em: <https://www.abglt.org/>

A década de 1990 foi marcada pela relação entre homossexualidade e mercado. Seja pela oferta de produtos e serviços voltados a esse público bem como o surgimento de um empresariado homossexual. A implantação do conceito de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) se dá neste contexto, como uma apropriação da ideia americana da sigla que referia carros de luxo e da ideia americana de *gay friendly*. A introdução de simpatizantes estaria voltada a ao convívio pluralista das sociedades democráticas. Potencializou a ruptura do gueto e a democratização do território homossexual, no entanto a maioria dos frequentadores desses espaços se definia como simpatizante. O uso da sigla GLS também contribuiu para a eclosão atividades culturais como festivais ligados a homossexualidade, nos moldes de festivais internacionais, com apresentação de filmes, peças teatrais e exposições e artes plásticas e visuais de expressões marginais da sexualidade (TREVISAN, 2000).

Os reflexos dessa maior abertura ocasionada pela sigla chegam também às universidades onde começaram a ser produzidas diversas pesquisas ligadas à sexualidade e homoerotismo, espaços urbanos frequentados por homossexuais, violências nas relações homossexuais, travestismo, aspectos diversos da AIDS, prostituição homossexual, etc. A internet tornou o ativismo mais ágil e diversificado facilitando a circulação de notícias (TREVISAN, 2000).

Esses fenômenos criaram condições para o crescimento da parada GLBT de São Paulo, saltando de 2.000 participantes em sua 1ª edição em 1997 para 30.000 na 3ª edição realizada em 1999. O aumento de participantes possibilitou a viabilização de pessoas acostumadas com o anonimato. A diversidade de participantes de idades variadas, gostos e estilos, mostrava que pareciam ter perdido o medo de ocultar suas identidades, mostrando o rosto (e o corpo) com mais alegria e descontração, dançando ao som dos trios elétricos. As paradas promoveram uma visibilidade de massa tornando-a um evento político de grande importância (TREVISAN, 2000).

Ao analisar brevemente os percursos de formação do MHB (posteriormente GLBT e atualmente LGBTQI+) pode-se perceber algumas semelhanças com os primeiros passos da UNA em Xapecó. A relação com partidos políticos de esquerda e com universidades, disputas internas decorrentes de diferentes significações da realidade e do movimento que resultaram na saída de membros e fragilização dos

grupos. A parada como maior ação de visibilidade e ocupação de espaços públicos também foi a principal estratégia da UNA de Xapecó.

Mais recentemente outras discussões ocuparam os diversos movimentos pelo Brasil como a reivindicação de lésbicas para aumentar a visibilidade dentro da sigla alterando a ordem das letras de GLBT para LGBT sendo adotada nacionalmente. Mais formas de identificação foram adicionadas a sigla pelas reivindicações de *queer*, intersexos e outros, representadas/os/es pelo símbolo +, resultando na sigla ampliada para LGBTQI+. As trans e travestis também vem reivindicando mais espaço e como as lésbicas denunciado a centralidade que homens gays ocupam dentro dos grupos. Além da ampliação dos coletivos LGBT nos últimos anos também aumentaram e se fortaleceram os grupos específicos de lésbicas e de trans e travestis.

4.1 PRIMEIROS CLOSES²² DA UNA EM XAPECÓ

Alguns dias após a criação, fui convidado para compor a diretoria que se encarregaria de formalizar a UNA e iniciar o planejamento das ações. Destaco, que desde a primeira formação da direção, a presidenta foi uma mulher trans, a Cher interlocutora da pesquisa. Inicialmente eram realizados encontros quinzenais, onde as diferentes opiniões acerca do que deveria ser um movimento LGBT eram dialogadas. Tínhamos a preocupação de construir um movimento que acolhesse as diferentes ideias de seus membros.

Os efeitos produzidos pelo preconceito e pelo heterossexismo normatizador afetam de formas diferentes as pessoas que não se inscrevem nas normas que ditam comportamentos e tentam produzir subjetividades subalternizadas. Existem os que escondem a orientação de seu desejo e identidade de gênero, aqueles que se expressam em lugares específicos e ainda os que se publicizam. Tornar pública a homossexualidade e as identidades é também politizá-las. Os movimentos sociais têm sido importantes agentes de luta e emancipação das pessoas LGBT.

A construção da realidade social acontece por meio de conflitos, lutas e contradições, ou seja, a criação de hegemonias e contra-hegemonias que concorrem diferentemente na significação do real. Neste sentido um movimento social não

²² O termo *close* como uma gíria comum entre pessoas LGBTQI + significa “dar pinta”, fazer algo bom e acertado, arrasar.

poderia mobilizar-se apenas pela condição de exclusão de seus membros, mas pela vontade de criar uma nova realidade (PRADO, 2001).

A luta dos movimentos LGBT se dá principalmente em relação ao Estado, visando a conquista de direitos. De acordo com Maria Betânia Ávila (2003 p.467) “um direito não é concedido, mas algo que é conquistado e conservado, porque ele é um poder” que se negocia com o Estado.

O Estado se apresenta como um ‘lócus’ onde permanentemente se compõe e se recompõe o contrato social. A lei não é norma definitiva, não está fora do tempo e do espaço, mas se reestrutura a partir de ideias e redefinições que ocorrem no tecido sócio político, seja na esfera pública, seja na esfera privada [...]. Os novos sentidos que emergem a partir das redefinições das relações de gênero e das interrogações acerca da sexualidade [...] atuam, necessariamente no mesmo terreno em estado permanente de reconfiguração (CORREA, 1995, p.14).

Neste fluxo de transformações da sociedade contemporânea e dos movimentos sociais, são oportunas as reflexões de Chantal Mouffe sobre uma sociedade democrática

O que é uma “sociedade democrática”? É uma sociedade pacificada e harmoniosa onde as divergências básicas foram superadas e onde se estabeleceu um consenso imposto a partir de uma interpretação única dos valores comuns? Ou é uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos? (MOUFFE, 2003, p.01).

Assim como Mouffe me posiciono em favor da segunda alternativa. Uma sociedade que visa manutenção da democracia pluralista, na qual todos possam tomar parte possuindo uma palavra válida para ressignificar a realidade, precisa sustentar espaços de disputa pelos quais a diversidade possa se manifestar e compor novos possíveis. Os movimentos sociais tem função significativa na construção destes espaços.

Quando a UNA foi criada não tínhamos um programa de ações definido, elas foram surgindo nas discussões que eram realizadas nos encontros da diretoria ou com o grupo ampliado de filiados. Havia desde o início a preocupação em trabalhar na formação para ação política. O primeiro evento organizado foi em parceria com Brit que em sua dissertação de mestrado, por meio de pesquisa ação propôs um curso de “Formação de Lideranças e Ativistas LGBT para Controle Social no SUS”,

evento que teve ampla participação de membros da UNA mostrando a disposição e engajamento na atividade. Esse evento nos permitiu pensar em outras atividades naquele formato, onde os próprios participantes trabalhavam na discussão e proposição de reivindicações à Secretaria Municipal de Saúde.

Muitas vezes os acontecimentos nacionais e internacionais eram os disparadores de assuntos a serem discutidos pelo grupo. Numa das reuniões, mobilizados pelo massacre ocorrido no dia 12 de junho de 2016 na boate Pulse²³, dedicada ao público LGBT em Orlando EUA, que resultou em 50 mortos, decidimos pela realização de uma vigília na praça central da cidade. A idéia era mostrar a indignação que o massacre causou e demonstrar solidariedade com as famílias das vítimas. A participação ativa do grupo na organização da ação fomentou a ideia de manifestação que transformou a vigília na 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste de Santa Catarina, realizada no dia 24 de junho do mesmo ano, com o tema “Amar sem Temer”.

Não sabíamos ao certo por onde começar a organizar, decidimos pela formação de uma comissão composta por mim, que ocupava a função de secretário, e outras duas integrantes da diretoria. Iniciamos pela escolha do tema, na época já estava em curso o processo de impeachment que prefiro chamar de golpe de Estado que retirou do cargo a então presidenta Dilma Rousseff reeleita em 2014. A escolha foi “Amar sem temer”. A frase com duplo sentido indicava que não tínhamos medo de mostrar nosso amor e também que não queríamos que o então vice presidente Michel Temer assumisse, o que infelizmente aconteceu.

Muitas das pessoas que compunham a UNA naquele momento sequer haviam participado de alguma Parada, era um plano ambicioso e que gerou disputas internas sobre como deveria acontecer. Alguns entendiam que deveria ser um ato que preservasse uma imagem mais aceitável para a sociedade, sem muita extravagância. Também havia aqueles que defendiam que era o momento de lacração, ou seja, cores, brilhos, músicas, corpos expostos, que tivessem a liberdade de se expressar como quisessem. Essa foi a compreensão que direcionou a comissão.

²³ Notícia sobre o massacre na boate Pulse em Orlando/EUA, disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/policia-diz-que-ataque-em-boate-nos-eua-deixou-50-mortos.html>

Assim como a própria ideia de movimento LGBT, as paradas tem forte ligação com os acontecimentos conhecidos como a revolta de Stonewall, em 1969 nos EUA. Ambos tem se espalhado pelo mundo e não posso deixar de mencionar o fator mercadológico dessa expansão. A parada de São Paulo, considerada a maior do mundo com aproximadamente 3 milhões de participantes em 2019, movimentou cerca de R\$ 403 milhões na economia da cidade²⁴. Motivo de críticas a esse formato de evento que em muitos casos oferece pouca oposição à lógica neoliberal globalizada, onde empresas faturam valores altos e ao mesmo tempo continuam sustentando a exclusão de pessoas LGBT do mercado de trabalho. Este, dentre outros elementos, se constitui como um importante alerta aos coletivos LGBT, a exemplo do Orgulho Crítico que acontece em Madri²⁵, que denuncia além do capitalismo rosa, por exemplo, a centralidade do gay que deixa em segundo planos outras identidades, criando hierarquias dentro dos movimentos.

As paradas configuram um paradoxo, quando importam sem críticas o formato norte americano deixando de considerar as especificidades locais de cada país, e ao mesmo tempo sendo eventos estratégicos para a visibilidade LGBT. Conforme discute Machado (2007, p.195) as paradas “interpelam os mecanismos sociais e institucionais de inferiorização social e discriminação sofrida pela população homossexual na sociedade brasileira, transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a sociedade”.

Nesta direção Alessandro Silva (2006) afirma que:

A Parada representa um espaço de ruptura com o rigor da vida cotidiana, uma verdadeira f(r)esta no controle social exercido pelos dominantes tanto do espaço público quanto privado. Porém, essa f(r)esta traz consigo elementos políticos, de contestação, os quais são visibilizados e atuam como fator de resgate da auto-estima e possibilitam ação e atuação cidadã, o exercício de uma cidadania realmente ativa por parte daqueles e daquelas que até então estavam contidos e invisibilizados na escuridão do subterrâneo do esquecimento. Ao saírem do subterrâneo já não se pode negar sua existência, mas se pode deslegitimar suas demandas, carnavalizá-las, assim como carnavalizar às e aos demandantes (SILVA, 2006, p. 286).

²⁴ Mais informações sobre a parada de 2019 em São Paulo na notícia disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>

²⁵ Mais informações sobre o Orgulho Crítico de Madri podem ser encontrados na matéria jornalística disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/16/internacional/1542392343_090003.html

A tentativa de deslegitimação mencionada pelo autor, aconteceu com frequência nos eventos propostos pela UNA e acontece principalmente pelas redes sociais e na mídia. Dois dias antes da realização da 1ª parada em Chapecó um jornalista escreve em sua coluna, no jornal de maior circulação na região, que esse tipo de evento “em nada agrega à luta LGBT, que só gera bagunça a exemplo do carnaval”. Sugere que um fórum de especialistas ajudaria mais na conscientização das pessoas em relação aos direitos e lutas LGBT (Diário de Campo, julho 2016). Outro jornalista responde ao texto em seu perfil pessoal no *Facebook*:

Considero que a 1ª Parada LGBT de domingo seja um grande passo para a nossa luta ainda tão desprezada. Mais do que um carnaval, ela é um ato político que demonstra nossa existência enquanto sujeitos que merecem o respeito de todos. [...] Muitas de tais agressões (físicas e/ou psicológicas) são motivadas pela falta da naturalização da nossa existência, uma vez que nunca (ou pouco) aparecemos em espaços públicos enquanto indivíduos homossexuais/bissexuais/transexuais/travestis/transgêneros que merecem, assim como todos os demais, o direito de viver e amar sem temer. [...] Nesse sentido, nossa presença enquanto grupo organizado demonstra representatividade e resistência. Mostra que existimos e, unidos, ganhamos força para combater os preconceitos que sofremos diariamente. Quando falas que o evento se assemelha a um “carnaval”, não reconheces a nossa cultura enquanto LGBTs. Beijos, abraços, mãos dadas, dança, *drag queens* são parte de nosso movimento e, assim como as demais formas de expressão, merecem respeito (DIÁRIO DE CAMPO, julho 2016).

O jornalista que responde ao texto publicado no jornal, consegue colocar argumentos importantes na defesa do ato e do movimento LGBT. Sobre a proposta de um fórum, do primeiro jornalista, me pergunto quais especialistas estaria ele se referindo. Talvez não saiba que muitos especialismos que poderiam compor sua proposta sustentaram historicamente a criminalização e a patologização das identidades dissidentes da norma. Além de retirar da população LGBT a legitimidade de suas ações políticas por fugirem dos moldes tradicionais. Após a realização da parada, o autor do texto no *Facebook*, aproximou-se da UNA e filiou-se, tornando-se um membro bastante atuante e comprometido com o movimento. Este fato nos mostrou a existência de muitas pessoas que mesmo distantes da UNA estavam alinhadas com a proposta da parada e nos procuraram para integrar o movimento.

De acordo com Butler (2018) a liberdade de assembleia é diferente da liberdade de expressão, precisamente porque o poder de se reunir é em si mesmo importante prerrogativa política, distinta do direito de dizer. “A reunião significa para

além do que é dito, e esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade” (BUTLER, 2018, p.14).

Figura 4: Material de divulgação da 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Chapecó.

Como estávamos iniciando as atividades do coletivo não tínhamos nenhum centavo em caixa, começamos do zero. Desenhamos um plano inicial, entendíamos que um carro de som seria essencial, com isso passamos a buscar apoiadores que foram desde sindicatos a mandatos políticos. Nessa investida inicial pudemos ter uma noção de como seria vista a parada pela sociedade, alguns manifestaram entusiasmo e apoio, outros não queriam estar vinculados ao evento. Com muito esforço conseguimos juntar dinheiro suficiente para contratar um caminhão de som do tipo trio elétrico. Trabalhamos muito na divulgação que foi principalmente pelo *Facebook*, onde foi organizada a programação e a interação com as/os/es interessadas/os/es em participar. Também buscamos espaços de divulgação nas rádios locais. Nestes programas destacávamos as situações de violência vivenciadas pelas pessoas LGBT, a necessidade de ocupação dos espaços públicos e privados principalmente relativos à abertura de postos de trabalho, bem como a reivindicação de leis que garantissem direitos, políticas públicas e o enfrentamento de preconceitos e discriminações. Num desses programas o público participava com perguntas ou comentários. Um deles, baseado em princípios cristãos, disparou sua opinião carregada de intolerância. A cada situação dessas nossas expectativas sobre a parada oscilavam entre a confiança de que tudo sairia como planejado e o medo de ataques.

Uma das providências de segurança que tomamos foi informar a prefeitura sobre a realização do evento. Levamos pessoalmente um ofício com o comunicado e também procuramos a coordenação da polícia civil para solicitar que estivessem

presentes, para inclusive fechar o trânsito nas ruas em que a caravana passaria. Não tivemos o suporte que solicitamos, ao contrário, durante o evento um grupo de policiais compareceu na praça e nos procurou para saber o que estava acontecendo e se havíamos pedido autorização para realizá-lo. Mesmo argumentando que o uso do espaço público para manifestações é um direito assegurado na constituição federal, tivemos que apresentar cópia do ofício com o carimbo do responsável que o recebeu na coordenação de polícia. Isso foi o suficiente para que não questionassem mais a nossa presença na praça, mas não fizeram o controle do trânsito, tarefa que teve que ser feita por participantes da parada.

Sobre a participação das pessoas na parada não sabíamos o que esperar, tínhamos apenas uma ideia da repercussão pelas confirmações no evento e pelos interessados em participar. Uma ferramenta do *Facebook* faz essa contagem, havia 787 confirmados e 733 interessados, mas sabíamos que esse não era um parâmetro tão confiável. Para nossa surpresa, próximo às 14 horas, horário indicado para o início, a praça começou a se encher de cores, pessoas e alegria. Eu não podia acreditar no que via, nem nos momentos mais confiantes imaginei que tantas pessoas participariam. Aos poucos a insegurança e o medo de algum ataque violento foi dando lugar à força daquele encontro, sentia-me unido a todas/es/os e mais forte do que nunca.

Em pouco mais de um mês organizamos um evento com caminhão de som, faixas, cartazes que contou com a presença de aproximadamente 1000 pessoas da região e também dos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. Muitas cores e alegria encheram a praça central e percorreram a principal avenida da cidade. Pude observar diversas reações nas pessoas que avistaram a marcha, a maioria estava perplexa, pelo menos era o que se podia ler em suas expressões. O ato contou com falas de militantes que refletiram sobre a importância daquele momento para mostrar a existência da população LGBT da região, historicamente invisibilizada.

Quem assistiu à concentração, às falas de militantes e representantes dos sindicatos apoiadores, músicas, danças e performances, foi a catedral que fica exatamente em frente à praça. Algumas pessoas ironizavam a cena subindo as escadas e dançando na porta da igreja.

Figura 5: Momento de concentração para o início 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó

A primeira parada foi avaliada como muito positiva por muitos participantes que nos procuravam para agradecer e parabenizar, também realizamos uma reunião de avaliação na semana posterior, onde já começamos a pensar na próxima parada a ser realizada no ano seguinte, tornando-se assim uma das atividades de maior destaque da UNA em Xapecó.

A segunda parada realizada no dia 17 de junho de 2017 contou com mais tempo para a preparação e eu permaneci na comissão de organização. O tema “TRANSformando a Cidade” era uma denúncia da transfobia no ano em que Dandara fora brutalmente assassinada e também enfatizando a importância da formação crítica para a transformação da realidade social impregnada pela violência contra a diversidade. Com o propósito de que o tema da parada fosse a possibilidade de discutir a transfobia, foi criada uma comissão de formação que organizou um evento de preparação para a parada onde o tema foi debatido. Em uma sala emprestada pelo Sindicato dos Servidores Municipais, os participantes foram divididos em grupos de trabalho, produzindo reflexões a partir de assuntos disparadores, no final socializados em plenária. Também foi realizada uma oficina de

cartazes para o desfile na parada. Essa formação preparatória foi mantida nas paradas seguintes.

Figura 6: Material de divulgação da 2ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó.

Outra diferença importante em relação à primeira parada foi a fonte de financiamento. Foi decidida a realização de uma festa para arrecadar dinheiro para cobrir os custos da parada e também comemorar o primeiro aniversário da UNA. A festa também tinha o objetivo de criar espaços de sociabilidade, já que as festas mais direcionadas a esse público eram pouco frequentes. Para realizar a festa buscamos estabelecimentos e encontramos apoio em uma produtora de eventos que mantém parceria com a UNA atualmente em diversas atividades. As duas pessoas sócias da produtora passaram a participar da UNA.

Pretendíamos realizar a parada no dia 25 de junho, no domingo que antecedia o dia do orgulho LGBT, 28 de junho. Contudo, decidimos antecipar por um motivo que foi unânime na decisão do coletivo. A produtora com quem havíamos realizado a festa de aniversário havia contratado a Pabllo Vittar para um show no dia 17 de junho e nos propôs parceria na divulgação e realização de ambos os eventos. A notícia da realização da parada e do show no mesmo dia deixou eufóricas as fãs da cantora *drag* que estava em plena ascensão.

Durante o período que antecedeu a parada, os conflitos internos aumentaram sobre como a comissão estava atuando pois, ao mesmo tempo que tínhamos a intenção de tomar as decisões de forma coletiva, não havia condições de chamar reuniões para decidir cada detalhe. Isso provocou questionamentos e tensões que resultaram na saída de alguns membros da diretoria. Eu entrei em conflito com meus ideais de uma gestão horizontal, perguntava-me até que ponto pode ir a autonomia da comissão, ou mesmo da diretoria na tomada de decisões. Algumas pessoa

defendiam que algumas decisões mais pontuais deveriam ser tomadas pelas pessoas das comissões, outras defendiam que tudo deveria ser deliberado pelo coletivo, eu preferia a segunda.

Mesmo com essa turbulência interna, a realização da parada ocorreu como planejado, o número de participantes praticamente dobrou em relação à primeira edição. Dessa vez a polícia compareceu para a organização do trânsito onde a caminhada seguiu. A cobertura da mídia aumentou e os comentários de pessoas que se opunham à realização também, principalmente pelas redes sociais.

Figura 7: Início do percurso da 2ª Parada na avenida principal de Xapecó.



Fonte: Facebook UNA LGBT Chapecó

Um fato marcante que também gerou embate, foi o pedido de entrevista por uma rede de televisão. A presidenta Cher foi indicada, contudo a emissora preferiu outra pessoa. Nós entendemos que o motivo para a troca é que a presidenta é uma mulher travesti, que estava montada com sua personagem *drag* e que isso geraria uma imagem negativa da parada, segundo os critérios da emissora. Por ser uma decisão a ser tomada rapidamente em meio ao evento, algumas pessoas defendiam que se usasse aquele espaço no jornal de maior audiência da região, outras

entendiam que aquilo era mais uma manifestação de transfobia e que deveríamos rejeitar a entrevista. Contudo a entrevista foi concedida por uma pessoa da diretoria.

Algumas caravanas dos estados vizinhos Rio Grande do sul e Paraná nos contataram para verificarmos a possibilidade de alojamento, pois além da parada tinham a intenção de participar do show que foi realizado a noite. Conseguimos um ginásio de esportes de uma escola, depois de muita negociação com a direção. As pessoas interessadas em participar, além de postar as fotos dos cartazes que levariam para a parada demandaram um momento de performances que foi aberto a todas que quisessem se apresentar. Foi um dos momentos de maior empolgação, as apresentações foram performances musicais de *drag queens*. As *drag* e as *trans*, formaram a comissão de frente e abriram a caminhada.

Figura 8: Comissão de frente da 2ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó

Mesmo com as disputas internas, a UNA foi sendo reconhecida regionalmente por suas ações e foi sendo chamada a discutir temas relativos a luta que vinha estabelecendo em diversos eventos acadêmicos na cidade e no entorno. Ainda no

final de 2016 um importante evento acadêmico²⁶ de âmbito nacional e que chamou os principais movimentos sociais da região para a mesa de abertura convocou a UNA o que representou um importante reconhecimento ao recente trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo coletivo.

Após a parada foi o momento de dialogarmos e avaliar o trabalho. Um misto de alegria e satisfação com o resultado de grande participação e a tensão resultante dos desentendimentos. A saída de alguns membros muito ativos balançou a coesão do grupo que estava na direção. No segundo semestre eu me desliguei das funções de secretário por dois motivos principais, uma certa insatisfação e frustração com os acontecimentos e a mudança para Ilha de Santa Catarina para ingressar no mestrado.

Mantive algum contato com o grupo que foi diminuindo com o passar do tempo, oportunidade para refletir sobre tudo o que fizemos nesses dois anos e acompanhar os rumos que a UNA foi tomando, principalmente porque é tema desta dissertação.

Acompanhei a organização da terceira parada de fora, apenas pelo grupo de comunicação com filiadas/os/es no whatsapp, portanto sem ter acesso aos possíveis conflitos inerentes à organização. A 3ª parada foi realizada no dia 10 de junho de 2018, com o tema: “Nossas Cores pela Democracia” enfatizando o compromisso do grupo com sua posição de esquerda e denunciando os diversos acontecimentos na esfera política nacional, que mostraram a fragilidade da democracia no Brasil contemporâneo.

Figura 9: Material de divulgação da 3ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó

²⁶ Mais informações sobre o "II Seminário Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional: os Movimentos Sociais", pode ser encontrado no site da Unochapecó, disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/seminario-movimentos-sociais/index/2016/>

No período entre a segunda e a terceira parada (2017 - 2018), além de continuar participando de eventos nas universidades e outros espaços, a UNA promoveu diversas atividades como o “Ocupa Sapatão” na semana do dia da visibilidade lésbica, na praça central. Em setembro foi realizada a primeira edição do Cores, evento com objetivo de reunir as LGBT para discussões temáticas em diferentes lugares da cidade. O tema do primeiro encontro, alinhando-se à campanha Setembro Amarelo voltada à prevenção de suicídio, foi “Repatologização das orientações sexuais”. O último evento do ano foi realizado em dezembro, com o título: “Nossas vidas importam: Debate sobre a saúde mental da população LGBT”. O grupo Fogueira foi parceiro deste evento que foi realizado na Unochapecó.

O calendário de eventos de 2018 iniciou em fevereiro com a realização do “1º Pré-carnaval de rua” em parceria com outra produtora de eventos da cidade. No mês de março foi realizada a festa de 2 anos da UNA, nos mesmos moldes da primeira, em parceria com a mesma produtora, com objetivo de arrecadar fundos para financiar a parada. Em abril foi feito o lançamento da 3ª parada que aconteceu no mesmo ano, com a exposição fotográfica “Registros da luta”, apresentando um compilado de fotos das diversas atividades realizadas pela UNA, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Em junho foi realizado o curso de formação de “Design para mídias sociais” ministrado por uma profissional da área e ligada a UNA sem custos para participantes.

Cheguei em Xapecó na véspera da parada. Na praça em que se iniciava a concentração fui reencontrando diversas amigas/os, tanto as que permaneceram no coletivo quanto as que saíram. Estava atento pois tinha curiosidade em ver o evento desde fora, sem todas as obrigações que a organização me demanda anteriormente. O número de participante se manteve parecido com as outras edições. Percebi a presença de muitas familiares de LGBT e de outras famílias. Percebi uma maior participação de bichas montadas ensaiando suas personagens *drag queen* que vem surgindo com um número expressivo na cidade. A emoção de estar num evento alegre, de reivindicação, resistência e luta me revigoraram e a força da coletividade que se forma nesses momentos me dão certeza de que não vamos parar de lutar nunca.

Figura 10: Percurso final da 3ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó

Uma presença importante no evento foi a participação do coletivo Mães Pela Diversidade com representantes de Blumenau - SC. O Mães pela Diversidade é um grupo de familiares de pessoas LGBTI que se uniram para enfrentar a discriminação com base em orientação sexual, identidade de gênero e condição sexual. Presente em quase todos os estados do Brasil, a iniciativa oferece apoio e informação para os pais e mães de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, travestis e intersexo. Para as filhas e filhos, o movimento é um lugar de acolhimento, afeto e ajuda, quando se veem incompreendidos ou rejeitados por suas próprias famílias. Embora o grupo esteja aberto também aos pais, as mães compõem a maioria dos integrantes.²⁷

Considero a participação do coletivo de extrema importância e em sua fala uma das representantes destacou a importância de que as famílias acolham seus filhos e entrem na luta contra o preconceito e a discriminação. Lembrou de quantas filhas e filhos já foram mortos pela intolerância e sensibilizou os familiares presentes a criarem redes de apoio entre si, para se fortalecer e poder acolher a diversidade.

²⁷ Mais informações sobre o coletivo Mães pela Diversidade em reportagem, disponível em: <https://nacoesunidas.org/maes-pela-diversidade-saem-do-armario-para-enfrentar-lgbtifobia-contra-os-filhos/>

Figura 11: Comissão de frente Coletivo Mães pela diversidade na 3ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó

A parada encerrou com uma festa onde mais performances de *drag* foram apresentadas. As pessoas que não entraram na festa ficaram na rua em frente ao estabelecimento. Ao lado há um restaurante que exigiu da produtora, com que a UNA tem parceria, desde a primeira parada, que as pessoas saíssem da calçada pois segundo eles, estavam “atrapalhando” o jantar de seus clientes. Logo, como de costume na cidade, a polícia compareceu para dispersar as pessoas que estavam na rua. Vale lembrar que não havia som, as pessoas apenas estavam reunidas após o evento.

Fui procurado por um menino que estava interessado em iniciar a UNA em Capinzal/SC, cidade que fica a aproximadamente 200 km de Xapecó. Isso demonstra que a parada e outras atividades da UNA tem tido uma força multiplicadora, não só nos municípios mais próximos como em outros mais distantes. Isso também deve ao fato de que foi a primeira UNA a surgir em Santa Catarina, antes mesmo da estadual, conforme mencionado anteriormente.

Atualmente a UNA está estabelecida em 15 cidades do estado. Na região oeste: Xapecó, Xanxerê, Joaçaba, Herval D'oeste, Maravilha e Caçador. Região sul:

Içara, Criciúma e Lages na região serrana. Região norte: Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú e Porto União. A unidade Estadual está localizada na capital.

Em 2019, também acompanhei a distância a organização. Uma das pessoas que participou das reuniões de preparação me contou que a escolha do tema teve discussões e disputas. A 4ª parada realizada no dia 16 de junho teve como tema os 50 anos da revolta de Stonewall evidenciando que o coletivo está conectado com o movimento em nível nacional e internacional. Ao mesmo tempo que trouxe o lema “Ninguém solta a mão de ninguém”, a frase e desenho correspondente que se tornaram símbolo de resistência à eleição de Jair Bolsonaro e todos os parlamentares que compartilham com ele discursos e ações autoritárias, conservadoras, preconceituosas e por isso antidemocráticas.

Figura 12: Material de divulgação da 4ª Parada de Luta LGBTQ+ do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Xapecó

Nas reuniões de preparação e em outros momentos foi discutida a possibilidade de inclusão da letra Q na sigla LGBT, referindo-se às pessoas que identificam-se como *queer* e o signo + para referir-se à outras orientações e identidades como intersex, pansexual entre outras. A mudança passou a integrar não só o título da parada, mas também o nome da UNA que passa a ser LGBTQ+.

Pude perceber a presença de muitos adolescentes que vem aumentando cada vez mais a participação nos eventos. Esse pode ser um dos efeitos da existência da UNA, que cria espaços para que as pessoas LGBTQ+, que cada vez mais cedo tem entendido como importante a participação em manifestações políticas como as da parada.

Como não há contagem oficial de participantes, as estimativas são feitas por meio de fotos e do tamanho que a marcha ocupa na avenida. Eu tenho a impressão

de que a cada ano a quantidade aumenta. Em 2019 especificamente, percebi mais grupos organizados participando, seja de amigos que se dedicam a produzir roupas e cartazes, como de outros coletivos LGBT.

As cenas das ruas se tornam politicamente potentes apenas quando – e se – temos uma versão visual e audível da cena comunicada ao vivo ou em tempo imediato, de modo que a mídia não apenas reporta a cena, mas é parte da cena e da ação; na verdade, a mídia é a cena ou o espaço em suas dimensões visuais e audíveis estendidas e replicáveis (BUTLER, 2018, pp.100-101).

A cobertura da mídia também tem aumentado, com destaque às mídias alternativas, como grupos de jornalistas e estudantes de jornalismo, que nos últimos dois anos tem produzidos diversos materiais audiovisuais. Muitas das pessoas que fazem registros fotográficos ou de vídeos, compartilham posteriormente nos eventos criados a cada ano e que ficam registrados na página da UNA no *Facebook*.

Figura 13: Percurso da 4ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense



Fonte: Facebook UNA LGBT Chapecó

É evidente o aumento de *drag queen* em Xapecó, que tem encontrado nas redes sociais um espaço para dar vida a estas personagens ou mesmo alter ego

como afirmam algumas. As performances e roupas produzidas para a exibição vêm tendo destaque pela qualidade e empolgação que causam no público que assiste. Neste ano também estiveram presentes os *drag king*, em número menor se comparadas às *queen*, mas vêm mostrando que também existem. Tem aumentando também a presença de pessoas que aproveitam o evento para vender produtos que vão desde bebidas, comidas à enfeites e bandeiras. A festa de encerramento ganhou o nome de “After da Parada”.

No período entre as paradas de 2018-2019 aumentaram as atividades desenvolvidas pela UNA. Em setembro foi organizada nova edição do Ocupa Sapatão, em um parque, mas em função da chuva o evento foi cancelado. Em dezembro foi realizada a 2ª edição do evento Cores também em um parque. Em fevereiro de 2019 ocorreu o 2º Pré-Carnaval na praça. Em março aconteceu a festa de lançamento da 4ª Parada. Os eventos seguiram os moldes do ano anterior. Em maio foi realizado o Bate-papo Colorido na casa da presidenta Cher. A roda de conversa tinha o propósito de ser “um espaço pra falar da vida, pra contar que está feliz, que está na *bad*, que ta cansado, pra desabafar, pra fazer novos amigos, conhecer novas pessoas e se abrir”. Ter espaços de acolhimento era uma preocupação que tínhamos desde o início, mas que aconteciam raramente. No mesmo mês foi realizado um evento de preparação para a parada para refletir sobre o significado dos 50 anos de lutas LGBT, chamado “Debate sobre Stonewall”, realizado na sede da produtora parceira.

O efeito imediato das paradas são uma dose de motivação para a luta expressa pela alegria nos rostos das pessoas, seus depoimentos em entrevistas, em conversas informais, ou mesmo em postagens na página da UNA no *Facebook*. Creio que também tem incentivado as LGBTQ+ a participarem de manifestações políticas, bem como apresentarem seus corpos ao mundo como desejam. A participação de pessoas que se organizam em grupos de amigos ou caravanas vem aumentando a cada ano. Isso mostra que as paradas e outras atividades tem cumprido um papel importante em promover espaços de sociabilidade, resistência e união.

Mesmo pessoas que discordam de como o coletivo tem direcionado seus posicionamentos e ações da UNA, participam das atividades por reconhecer a força de mobilização que a entidade tem construído desde o seu surgimento e a

importância dessas ações de aparecimento e ocupação dos espaços públicos numa cidade bastante conservadora.

As redes sociais tem sido um meio privilegiado para comunicação e promoção de eventos dos mais diversos tipos, desde as estratégias iniciais para a criação da UNA. Logo, essas redes têm sido a mídia mais importante de comunicação entre as pessoas LGBT e também com a sociedade.

Figura 14: Mulheres Trans andando em direção ao monumento o desbravador



Fonte: Pagina UNA LGBT Xapecó no Facebook.

Esta foto, para mim traduz em uma imagem o surgimento da UNA em Xapecó. Ver duas mulheres trans montadas com suas personagens *drag*, andando com uma bandeira do arco-íris em direção à estátua do coronel, é o mesmo que dizer a ele e ao que ele representa: nós existimos, somos coloridos, diversos e não vamos mais nos esconder!

Na primeira Parada não se imaginava quantas pessoas estariam dispostas a participar, o número surpreendeu e até o quarto destes eventos o crescimento foi exponencial, com a presença de pessoas não só do município, mas de toda a região. Mais do que a quantificação, a importância das Paradas está no significado da ação dos corpos que se unem pelas vulnerabilidades compartilhadas que tornam suas condições de vida precárias. A irrupção desses corpos que ocupam as ruas com suas cores e multiplicidade, reivindicando direitos e o respeito à diversidade sexual e de gênero, configura a possibilidade de oposição às normalizações compulsórias.

4.2 MOVIMENTOS LGBT E ATIVISMOS *QUEER*

Quando um grupo se designa como movimento LGBT estão associadas determinadas formas de organização e pautas de reivindicações que mesmo com variações de grupo para grupo seguem, de maneira geral, alguns pressupostos e compreensões da realidade política, social e subjetiva. Nesta seção faço um diálogo entre as características dos movimentos LGBT e os ativismos *queer*, baseado no livro “Que os outros sejam o normal” (2016) de Leandro Colling. O autor dedicou-se a estudar, entre 2013 e 2014, as diferenças entre movimentos LGBT e ativismos *queer* em quatro países: Argentina, Chile, Portugal e Espanha, realizando entrevistas com ativistas, pessoas que pesquisam essas temáticas, consultando documentos e participando de encontros e atividades de alguns coletivos. Não pretendo com isso estabelecer hierarquias ou modos mais desejáveis de ativismos, apenas trazer diferentes elementos de análise.

Os pontos destacados na pesquisa de Colling não pretendem apresentar uma experiência totalizante desses grupos, mas dar destaque às maneiras predominantes em que se apresentaram. Mesmo a pesquisa não tendo sido realizada no Brasil, é possível perceber que essas características também são encontradas por aqui e que podem misturar-se, dependendo do contexto social e das contingências históricas.

As características predominantes dos movimentos LGBT identificadas pelo autor são o investimento na conquista de direitos como matrimônio, leis antidiscriminação e uso de nome social para pessoas trans; ações culturais para diminuição de preconceitos como produção de documentários, peças de teatro e

festivais de cinema LGBT; na proposta de representação do movimento LGBT às pessoas são tensionadas se enquadrarem na sigla para afirmação das identidades, rechaçando, muitas vezes, as pessoas que transitam entre as práticas sexuais e de gênero; nem sempre as diferentes identidades da sigla LGBT tem protagonismo, ocorrendo a hierarquização centrando-se principalmente no homem gay; manutenção da ideia da necessidade de uma “boa imagem” para a conquista de direitos, o que significa uma aproximação à heteronormatividade; raramente inclui pautas como relações poliamorosas, práticas sexuais dissidentes, relações não-monogâmicas, outras formas de constituição familiar que não a nuclear; pouca implicação ou oposição a luta pela regulamentação do trabalho sexual; articula-se em redes e federações; os grupos possuem presidentes e coordenadores que respondem pelos demais membros, sem necessariamente consultá-los; ações políticas mais frequentes via manifestações, abaixo-assinados, comunicados à imprensa e ofícios; raros posicionamentos contra o capitalismo e ao uso do mercado ao chamado dinheiro rosa e que estabelece padrões de corpo e comportamento que poucos conseguem alcançar (COLLING, 2016).

Em relação ao ativismo *queer* Colling destaca a priorização de estratégias políticas por meio de produtos culturais, por entender que os preconceitos são produzidos na cultura sendo as manifestações culturais mais produtivas para confrontar as normas de gênero e sexualidade instituídas; crítica ao foco exclusivo na criação de marcos legais, como o casamento, por não romperem com a lógicas de instituições disciplinadoras do gênero e da sexualidade. Importante destacar que não se trata de oposição ao casamento, mas de questionar os efeitos de ter o Estado como regulador dos desejos, relações e formas de parentesco; entende as identidades como fluidas, podendo ser criadas, recriadas, subvertidas sem hierarquizações; rejeita a ideia de imagem respeitável para a conquista de direitos, evidenciando as singularidades; tentam fugir das formas tradicionais de gestão buscando a horizontalidade e realização de assembléias (embora algumas pessoas acabem se destacando mais do que outras); desobediência civil nas ações políticas tais como ocupação de prédios públicos, protestos em igrejas e performances onde com frequência o corpo bastante sexualizado ganha destaque; buscam pontos de contato com movimentos feministas, étnicos, migrantes, trabalhadores do sexo, jovens, e de luta contra o capacitismo; leitura mais crítica em relação ao uso da identidade gay pelo mercado (COLLING, 2016).

Como é possível perceber a UNA Xapecó tem centrado esforços em eventos de visibilidade, sociabilidade, formação política e fortalecimento de laços entre as pessoas LGBT. Alinha-se às reivindicações, como as destacadas na pesquisa supracitada, de conquistas de direitos e leis antidiscriminação. Com isso acaba assumindo uma noção de identidade estável e permanente. Ao mesmo tempo que tem dentre os membros, seja na diretoria ou filiadas/os/es, pessoas que se identificam como gênero fluído e não binários. Essa posição balança a suposta estabilidade do gênero que é evidenciada na forma como alguns discursos são proferidos por pessoas ligadas à entidade.

Um fator que pode ser resultado de como as identidades são entendidas pelo coletivo, é a baixa participação de pessoas trans ou mesmo a saída das que fizeram parte anteriormente. Se por um lado a presidenta foi uma mulher trans nos quatro primeiros anos da UNA, por outro, a saída de outras trans pode indicar também a dificuldade do grupo em assimilar suas demandas e fazer uma gestão mais horizontal e sem hierarquizações.

É muito comum, ao reivindicar os espaços públicos, o argumento do direito de amar. Deixando de lado, muitas vezes, as reivindicações do âmbito das sexualidades que fogem aos moldes tradicionais, mais próximos à monogamia. Não percebi a inclusão de demandas relativas ao trabalho sexual no período de pesquisa, e este é um fator de extrema importância, uma vez que muitas travestis e trans têm a prostituição como a única opção de trabalho, questão ligada à evasão escolar já mencionada nesta dissertação. Destaco estes pontos por entender que um movimento que se propõe libertário precisa estar aberto a toda a diversidade de expressões da vida, sem estabelecer formas mais aceitáveis, para assimilação social e estatal.

Essas diferentes formas de ativismo são resultado de diferentes formas de ler a realidade e de entendimento da ação política. Em diferentes ocasiões presenciei posições de ambas formas de ativismo negando a efetividade uma da outra. Poderíamos assistir a formação de alianças estratégicas onde as diferenças tivessem possibilidade de serem confrontadas, não para se deslegitimarem, mas sim buscando a formação de alianças estratégicas para as lutas.

Entendo que diferentes projetos devem competir na significação e construção da realidade social e estou de acordo com Mouffe (2015) que a ideia de democracia como um consenso universal racional é equivocada. A tarefa da

democracia deve ser “a criação de uma vibrante esfera pública ‘agonística’ de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar” (pg.3). Compreendendo o político como uma dimensão de antagonismo que é constitutiva das sociedades humanas e a política como um conjunto de práticas e instituições por meio das quais é criada uma ordem que organiza a coexistência humana no conflituoso contexto produzido pelo político (MOUFFE, 2015).

Além disso, a política deve ser capaz de mobilizar paixões voltadas a projetos democráticos apoiando-se concretamente nos desejos e fantasias do povo (MOUFFE, 2015). Quando se pensa na disputa democrática é necessário que se vá além das identidades. Que se busque a invenção de outras formas de luta que sejam capazes de articular a maior diversidade possível de forças que busquem uma a efetivação da democracia.

Considerando a construção de uma sociedade onde a identidade não seja algo fixo mas que deslize conforme o direcionamento do desejo é possível visualizar a validação de mais possibilidades de existir. Uma forma de organização social democrática deve permitir que as diferenças sejam elaboradas por meio do conflito agonístico, onde as partes reconheçam as diferenças e disponham-se ao conflito, sem desqualificar o outro, mas que o reconheçam como legítimo.

Estamos muito longe, no Brasil, de uma sociedade onde a diferenças sejam de fato compreendidas como a característica fundamental dos humanos. Penso que a luta política precisa ser reinventada, com a criação de outras formas participação e disputa agonística, onde as diferentes posições encontrem um terreno legítimo de disputa. Não acredito num bloco político unificado, com as mesmas ideias, mas acredito na forças de alianças estratégicas que busquem o estabelecimento efetivo da democracia, onde todas as vozes entrem na disputa. Somente assim é que será possível uma sociedade onde a pluralidade seja seu o princípio fundante.

5 CONSIDERAÇÕES SEM FINAL

É chegada a hora de fazer o encerramento deste texto e desta etapa da formação acadêmica. Assim como toda a construção aqui apresentada estas considerações são parciais, abertas, localizadas e sem final. Estamos muito longe do fim das lutas pela eliminação dos processos de dominação, principalmente nesse momento histórico onde vemos a renovação e reinvenção dos mecanismos de controle e destruição de populações vulnerabilizadas pelo avanço do autoritarismo antidemocrático.

Se em muitos momentos dos últimos dois anos estive completamente sem perspectiva de enfrentamento ao desmonte das políticas públicas e da democracia conquistadas com muita luta pela sociedade organizada, ao revisitar as memórias dos percursos da criação e ações da UNA a esperança de mudança se renovou.

Examinar a construção da cidade de Xapecó abastecido pelos referenciais teóricos aqui apresentados, abriu a possibilidade de imaginar outras ficções mais interessantes do que as impostas pelo colonialismo e que regulam os corpos e o mundo “moderno” no decorrer de séculos. Como nos diz Hija de Perra “A luta *queer* não quer conseguir somente a tolerância ou o status igualitários, mas quer desafiar as instituições e as formas de entender o mundo” (PERRA, 2014, p.7). Incluo nesta perspectiva além da sexualidade e corporeidade, todas as normatividades que sustentam o sistema mundo moderno capitalístico, patriarcal, cristão, heteronormativo e cisgênero. Somente quando desafiamos o poder dominante que atua em todas as esferas materiais e subjetivas é que podemos imaginar outros sistemas de relações, corpos e subjetividades.

Desde a primeira proposta para esta pesquisa muitos foram os deslocamentos teóricos e de focalização. Aprendi que para pesquisar era necessário ter objetivos, campo e sujeitos bem definidos. No entanto a perspectiva da cartografia operando junto com às teorias críticas utilizadas, bagunçaram algumas certezas. Fui entendendo que a tarefa de pesquisar deve ser aberta e não fechada em um planejamento prévio, imaginado. Não quero, com isso, dizer que o planejamento não é necessário, mas enfatizar que a pesquisa é contingente, cheia de surpresas e muitas vezes nas coisas não previstas é que estão os elementos mais interessantes para refletir e analisar. Longe da neutralidade, muito defendida por alguns modelos de fazer ciência, pretendi demonstrar uma posição de leitura

crítica da realidade e o desejo de transformação das relações de dominação e exploração vivenciadas pelas/os interlocutoras/es, por mim e por outras tantas mundo afora. Nessa direção não poderia contar com uma bússola mais confiável do que as afecções, tanto as que produziram afetos de alegria e de tristeza. Afinal trato a pesquisa como uma forma de defender a vida em todas as suas variações e dimensões, lá onde ela acontece, como diria Rolnik.

Mesmo que o foco da pesquisa tenha sido os corpos dissidentes do sistema de sexo-gênero-desejo, foi possível perceber semelhanças e possibilidades de alianças com outras populações que também estão marginalizadas. Negras/os, indígenas, mulheres, LGBTQI desafiam a mesma matriz de dominação colonial, masculina, coronelista, elitista e cisheteronormativa que se mantém no poder em Xapecó, o que me faz acreditar em alianças estratégicas para nos manter vivas/os, fortalecidas e criar projetos coletivos e plurais de coexistência.

A experiência de criação e manutenção da UNA em Xapecó, mesmo com todas as dificuldades, conflitos, contradições e assimetrias de gestão, mostra que mesmo em uma região marcadamente conservadora, do ponto de vista da moralidade cristã, a resistência é possível. A força produzida pelos corpos que se aliam em luta provoca efeitos para além do encontro materializado, mas essa força se prolifera através da capacidade de formar potências que resistem às normatividades. Embora estes corpos se organizem num espectro identitário os efeitos dessas (re)uniões não necessariamente serão normativos. Concordo completamente com a afirmação de Butler²⁸ que

O mundo que os conservadores querem destruir, o mundo gay e lésbico, o mundo trans, o mundo feminista, já é muito poderoso. Eles não têm nenhuma chance de destruí-lo. E eles realmente sabem que não apenas é muito poderoso, como está se tornando mais poderoso, está se tornando mais aceito, e quanto mais aceito é, com mais raiva eles ficam. Mas o que vemos agora, nesse conservadorismo sexual contemporâneo, ou que podemos entender como política sexual reacionária é um esforço para nos levar de volta a um mundo que nunca mais voltará (BUTLER, 2017).

Dispor-se a estar na contramão das forças seculares e poderosas que determinam os modos de vida majoritários não é tarefa fácil. Apoio-me nas palavras de Geni Nuñez, mulher indígena, feminista, antirracista, ativista LGBT e sapatão,

²⁸ Entrevista Judith Butler disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>

com quem muito aprendi no percurso do mestrado que o trabalho ativista exige uma tripla jornada.

Trabalho psíquico que se tece de compreensão de si, de sua própria sexualidade; investimento de energia também no trabalho de disputas com pessoas cisheteronormativas e ainda o trabalho das solidariedades internas, no fortalecimento coletivo. Se é verdade que temos um retorno psíquico positivo dessas lutas, também é pertinente lembrar que elas muitas vezes produzem um cansaço, uma extenuação em nossos corpos. Um cansaço que por vezes parte de uma desesperança diante da aparente timidez dos avanços em contraste com a abundância dos retrocessos (LONGHINI, 2018, pp.249-250).

Se estar submetido às normatividades causa sofrimento, dessubmeter-se também é um processo doloroso, mas que produz pequenas alegrias que nos permitem apostar nessas lutas. Como a colonização se impôs de formas extremamente violentas, não é possível pensar a descolonização sem sem alguma violência, como nos lembra Fanon. Ao mesmo tempo ele nos diz que não se trata de fazer uma inversão onde os povos negros dominariam os demais, esse afinal é um desejo branco. Isso se aplica também às lutas da dissidência de sexo-gênero, não se trata de instaurar uma ditadura LGBT, como adoram dizer os conservadores que governam o país atualmente, trata-se da construção de uma ética coletiva de coexistência onde todas as diferenças possam existir com dignidade.

Mesmo que as redes virtuais possibilitem a articulação, solidariedade e apoio mútuo entre as pessoas, sendo um espaço politicamente potente, é na rua, na apropriação do espaço público que se corporifica a resistência. É onde se mostra quem são as pessoas que estão ameaçadas pelos regimes disciplinares hegemônicos. A criação de instituições como a UNA LGBT e a realização de eventos como os aqui narrados, adquirem importante significado político ao publicizarem demandas dos movimentos por reconhecimento e pelos direitos humanos de seus integrantes. Corpos que, unidos, lutam por vidas mais vivíveis.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **El peligro de la historia única**. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2009.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, núm. 43, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

AMANTINO, Márcia. “E eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”. In: DEL PRIORE, Mary e Márcia AMANTINO (Orgs). **História do corpo no Brasil**. S. Paulo, Unesp. 2011.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Revista Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 19, núm. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a27v19s2.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Relatório Populacional do Município de Caxambu do Sul**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/caxambu-do-sul/panorama>. Acesso em: 18 nov.2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Relatório Populacional do Município de Chapecó**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama> Acesso em: 18 nov.2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Quem tem medo de falar sobre gênero? (6 min). Publicado pelo canal TV Boitempo, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CORREA, Sonia. A formulação do conceito: passado e presente. In: **Atualidade em debate: reprodução humana e sexualidade**. Perspectivas éticas e enfoques cristãos. Caderno 34. Rio de Janeiro: Centro João XXIII-IBRADES, 1995.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Trad. Bras. Campinas: Papyrus, 1991.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2.ed. vol.1, 2014.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2.ed. vol. 4, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. num. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 10 out. 2019.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956**. 3. ed. Chapecó: Argos, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Decolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Brasília, 2015.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**. vol. 15, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596/3367>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. Mi cuerpo es un territorio político. In: **Brecha Lésbica (Org.) Voces descolonizadoras**, Cuaderno 1, 2012. Disponível em: <https://brechalesbica.files.wordpress.com/2010/11/mi-cuerpo-es-un-territorio-polc3adtico77777-dorotea-gc3b3mez-grijalva.pdf>. Acesso em: 29 abr.2019.

GROSGUÉL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**. vol.2 núm.2, 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86/51>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____ A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*. vol.31, núm. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB) (Org.). *Assassinatos de LGBT no Brasil: Relatório 2018*. Salvador, 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: Miskolci, Richard & Pelúcio, Larrisa. (Orgs.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal Revista de Psicologia**, vol. 25, núm. 2, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/04.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Mãe (nem) sempre sabe: Existências e saberes de Mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, núm. 3, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lang=pt. Acesso em: 26 jan. 2020.

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris: a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. **Interações**, São Paulo, vol. 10, núm. 19, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v10n19/v10n19a03.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista Psicologia UNESP**, vol.8, núm.2, 2009. Disponível em:

<http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 13 jul.2018.

MARTINS, José de Souza. Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social - Revista de Sociologia**, vol.8 núm.2, 1996. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86293/88957>. Acesso em: 04 maio 2019.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, núm.3, 2003. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>. Acesso em: 02 ago. 2019.

_____. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 1, núm. 1, São João del-Rei, 2006. Disponível em:

https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Pesquisa-Acao_e_Etnografia..._-_VFA_Neves.pdf. Acesso em: 27 set. 2018.

OLIVEIRA, Isaias Batista de Junior; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, vol. 25, núm. 45, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/2292/1598>. Acesso em: 2 set. 2019.

PERRA, Hija. Interpretações imundas de como a Teoria *Queer* coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Revista Periódicus**, vol.1, núm 2, 2014. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896/9216>

Acesso em: 15 jan. 2020.

PETROLI, Francismar Ilha da Silva. **Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó 1931, 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Psicologia Política**, vol. 1, núm. 1, 2001. Disponível em: <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. Um vasto celeiro: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, vol.13, núm.3, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300011>. Acesso em: 22 ago.2019.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria *Queer* of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**. Campinas, núm. 53, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530015.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2.ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal Revista de Psicologia**. vol.25 núm.2, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/06.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VARGAS, Myriam Aldana; CAVAGNOLI, Murilo; CATTANI, Daian. Relações de gênero ou ideologia de gênero? (Im)possibilidades democráticas no debate (a)político sobre o plano municipal de educação de Chapecó (SC). **Revista Fórum Identidades**. vol. 22, núm. 22, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ZANELLA, Andréa Vieira et al. Sobre reXistências. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, vol.12, núm.24, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a05.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2018.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.

ANEXO I – Carta de Princípios da UNA LGBT



A sociedade civil organizada, composta por mulheres e homens, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de todo território brasileiro, reunidos(as) para a fundação da UNA-LGBT (União Nacional LGBT), na cidade de São Paulo - SP, em 16 de outubro de 2015, como instrumento de luta pela emancipação política e humana ao defender idéias no campo da consciência de classe e de garantia de direitos, aprovam os seguintes princípios norteadores desta entidade:

1. Enfrentar o machismo, o racismo, a lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia, em todas as suas formas de manifestação, particularmente as ações sistêmicas que impedem o usufruto pleno dos direitos de cidadania de mulheres e homens com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

2. Enfrentar todas as formas de discriminação de gênero, sistêmicas ou não, particularmente aquelas que afetem as mulheres lésbicas, travestis e transexuais.

3. Enfrentar a exploração de classe em todas as suas manifestações, colocando-se ao lado dos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores.

4. Defender intransigentemente a livre orientação sexual e às diferentes identidades de gênero.

5. Solidarizar-se com a luta de todos os movimentos sociais e populares que se colocam no campo progressista.

6. Solidarizar-se com a luta dos oprimidos em todo mundo. Travar contato e estabelecer alianças para a luta com organizações LGBT nos diversos países.

7. Promover, a partir da concepção da emancipação política e humana, rupturas no sistema capitalista ou aprofundar as já existentes a partir de ações que incidam sobre o imaginário coletivo de toda a população.

8. Desmistificar os padrões construídos e naturalizados na sociedade através do desenvolvimento do capitalismo.

9. Apresentar à população LGBT e a população em geral um novo modelo de sociedade solidária, equânime, igualitária e livre de opressões, a sociedade socialista.

Nós, militantes da UNA-LGBT, em território nacional, declaramos publicamente que defenderemos estes princípios de forma consciente e voluntária, como parte de um projeto de construção de um futuro feliz e digno para as nossas e as futuras gerações.